



LENIN

NA ATUALIDADE:

economia, política e cultura

Organizador: Michel Goulart da Silva

Organização

Michel Goulart da Silva

Lenin na atualidade: economia, política e cultura



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2024

© 2024, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Gloriana Solís Alpizar

Revisão: Organizador

ISBN 978-65-89284-60-4

DOI: <https://doi.org/10.23899/9786589284604>

Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/127>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lenin na atualidade [livro eletrônico]: economia, política e cultura / organização Michel Goulart da Silva. 1. ed. Foz do Iguaçu, PR: CLAEC e-Books, 2024. PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89284-60-4

1. Marxismo. 2. Política. 3. Revolução. I. Silva, Michel Goulart da.

CDD: 320

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC
Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Dra. Betania Maciel
Diretora Vice-Presidente

Dr. Fábio do Vale
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de
Araújo
Editora-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Apresentação	5
<i>Michel Goulart da Silva</i>	
Lenin e a natureza não-clássica da Revolução Russa	8
<i>Giovanny Simon Machado</i>	
DOI: 10.23899/9786589284604.1	
A Comuna é Imortal: Lênin, Trotsky e o Assalto aos Céus de 1871	22
<i>Francisco Lino de Aviz Neto</i>	
DOI: 10.23899/9786589284604.2	
Lênin e os sindicatos: por uma reflexão da/para ação pretérita e presente do sindicalismo	36
<i>Rodrigo da Costa Lima, João Henrique Zanelatto</i>	
DOI: 10.23899/9786589284604.3	
Lênin e a defesa da filosofia marxista	48
<i>Michel Goulart da Silva</i>	
DOI: 10.23899/9786589284604.4	

Apresentação

Michel Goulart da Silva

Neste ano, em todo o mundo, vem sendo discutida a figura do dirigente revolucionário Vladimir Lenin, por conta do centenário de sua morte, em janeiro de 1924. Por diversas razões, o nome de Lênin pode ser destacado, tanto por conta de sua obra teórica como por seu papel político na Revolução Russa. Contemporâneo de Lênin, destacava Trotsky (2015, p. 259): “Lenin conduziu o proletariado para a tomada do poder, ao assegurar sua vitória através de sua direção”. Esse papel político se sustentou a partir de uma consistente obra teórica e política.

Em âmbito acadêmico e entre as organizações de esquerda estão sendo realizados, ao longo deste ano, seminários, publicações e outros espaços de reflexão acerca da vida, da obra e das ações políticas de Lênin. Este volume é uma pequena contribuição ao debate. Nele se procura mostrar a atualidade dessas contribuições e de que forma, ainda que passado um século de sua morte, elas ainda permitem interpretar elementos da realidade contemporânea. O livro é constituído por quatro textos com diferentes temas em torno das contribuições leninistas.

No primeiro texto, é discutida a compreensão da Revolução Russa por Lênin e, de forma mais específica, a sua análise das particularidades que concorreram naquele processo. Esses elementos se devem, em grande medida, às particularidades de desenvolvimento econômico e social russo, se mostrando equivocado supor que uma eventual revolução na Rússia poderia ter se dado no mesmo formato que aquelas ocorridas na Europa nos séculos XVIII e XIX. Lênin (1985, p. 375), em livro publicado no ano de 1899, afirmava que “nenhum outro país capitalista conserva tantas instituições antigas, incompatíveis com o capitalismo retendo o seu desenvolvimento”. O texto aponta para elementos em Lênin do debate desenvolvido entre os militantes social-democratas no começo do século XX acerca da dinâmica revolucionária da Rússia e qual deveria ser o papel dos revolucionários.

Outro tema discutido nesta obra é a reflexão de Lênin acerca da Comuna de Paris. Em seus textos, produzidos no contexto da revolução de 1905, Lênin mostra, por um lado, a compreensão que tem da importância das lutas anteriores realizadas pelos operários e, por outro, como o balanço acerca dessas experiências pode informar as lutas então em curso na Rússia. Em um de seus textos acerca da Comuna de Paris, escrito em 1911, Lênin (2019, p. 191) destacava que, mesmo depois do seu esmagamento,

“a nova geração socialista, enriquecida com a experiência de seus predecessores, mas de modo nenhum desanimada pela derrota, empunhou a bandeira caída das mãos dos combatentes da Comuna e carregou-a com convicção”. O texto deste livro mostra, ademais, os intercâmbios e diálogos que podem ser inferidos da convivência de Lênin com outros revolucionários, como é o caso de Leon Trotsky.

O terceiro texto traz a discussão acerca dos sindicatos, procurando utilizar elementos da obra de Lênin para compreender a organização dos trabalhadores ao longo do último século. Um dos elementos centrais das reflexões organizativas de Lênin passava por compreender que o nível de consciência economicista, por estar limitado pela perspectiva burguesa, acaba por não colocar na ordem do dia a luta contra o capitalismo. Lênin (2006, p. 166) era categórico ao afirmar que “devemos empreender ativamente a tarefa da educação política da classe operária, do desenvolvimento de sua consciência política”. Nesse sentido, conforme se pode inferir do capítulo aqui publicado, a partir das contribuições de Lênin, o debate acerca dos sindicatos passa por compreender a natureza dessas entidades, seu papel fundamental na luta e na conquista de direitos, mas também a necessidade de outras formas de organização que apontem a superação da ordem capitalista pelos trabalhadores.

Por fim, o quarto texto apresenta como discussão a defesa da filosofia marxista encampada por Lênin. Com a derrota da revolução de 1905, diante da duríssima repressão imposta pelo czarismo, ganharam força as concepções idealistas, em suas diferentes manifestações, expressando o pessimismo de muitos militantes diante do período reacionário. Lênin, conforme se busca discutir no capítulo aqui publicado, reafirmou o materialismo e a dialética, enquanto ferramentas não apenas para compreender os fenômenos da realidade, mas também na luta pela organização revolucionária e pela derrubada do capitalismo. Lênin apontava para a existência de uma “luta dos partidos em filosofia, luta que exprime as tendências e a ideologia das classes inimigas da sociedade moderna” (Lénine, 1982, p. 371).

Portanto, os quatro textos que compõem esta coletânea buscam mostrar diferentes elementos da obra política e teórica e da atuação de Lênin. Por outro lado, são reflexões pertinentes ainda na atualidade, na medida em que é fundamental compreender a dinâmica dos processos políticos e de organização dos trabalhadores. Nessa perspectiva, é possível “compreender a realidade para além das aparências e do senso comum”, considerando “a totalidade das determinações da sociedade capitalista” e apontando para “como transformá-la a partir da superação de suas contradições fundamentais” (Silva, 2022, p. 14). Portanto, conforme apontava Lênin, mostra-se como necessária a superação da consciência burguesa, no sentido da compreensão da

realidade contra os fenômenos de misticismo e idealismo e apontando para a luta prática contra o capitalismo.

Convido todos a lerem cada um desses textos, refletindo sobre suas problematizações e, principalmente, incorporando seus elementos e reflexões na prática política cotidiana.

Referências

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÊNIN, V. I. **Que fazer?** São Paulo: Martins, 2006.

LÊNIN, V. I. **Democracia e luta de classes**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LÉNINE, V. I. **Materialismo e empiriocriticismo**. Moscovo: Progresso; Lisboa: Avante, 1982.

SILVA, M. G. da. Lênin, Trotsky e o mundo depois de 1917. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, [S. l.], n. 28, p. 12–18, 2022.

TROTSKI, L. **Escritos filosóficos**. São Paulo: Iskra, 2015.

Lenin e a natureza não-clássica da Revolução Russa

Giovanny Simon Machado*

Introdução

Na década de 1930, antes da invasão nazista à União Soviética, Stalin proferiu um discurso durante uma conferência sobre a indústria. Em suas conclusões, ele afirmou o seguinte: “Estamos atrasados em relação aos países avançados em 50 ou 100 anos. Temos que percorrer essa distância em dez anos. Se não conseguirmos, seremos esmagados” (Stalin, 1951, p. 39). Essa notável afirmação evidencia a persistência histórica do *atraso econômico e tecnológico* da URSS, mesmo quase 15 anos após os bolcheviques assumirem o poder. Devemos, certamente, debater os métodos e os méritos duradouros da industrialização durante o período stalinista na URSS, mas o que fica patente é a tenacidade das *contradições de uma revolução proletária em um país predominantemente agrário*. De fato, Stalin não possuía qualquer dom profético; ele apenas avaliou corretamente as circunstâncias da época, cujas implicações se materializaram uma década depois. A durabilidade dessas condições criticadas por Stalin exemplifica o que descrevemos aqui como a natureza não-clássica da revolução russa.

No ensaio *O processo de democratização*, escrito nos anos 1960, György Lukács (2011, p. 107) ponderou sobre a natureza não-clássica da revolução, afirmando que “a revolução proletária não foi na Rússia uma encarnação 'clássica' (no sentido de Marx) deste tipo de transição histórico universal”. Para Lukács, a concepção de Marx sobre o classicismo na revolução proletária incluía sua eclosão em escala internacional, com os países de capitalismo avançado liderando o movimento e os países de capitalismo menos desenvolvido seguindo seu exemplo.

Neste artigo, abordo a natureza não-clássica da revolução russa sob o olhar de Lenin e alguns dos seus interlocutores, bem como suas consequências na estratégia

* Assistente social e professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Mestrado em História Interdisciplinar pela Higher School of Economics (HSE) de São Petersburgo (2020). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2022).

revolucionária bolchevique. A economia russa de finais de século XIX início do século XX, baseada na pequena propriedade fundiária e em uma agricultura rudimentar foi um obstáculo não apenas na realização do socialismo, mas também na concretização do próprio projeto modernizador. A partir da análise teórico-política do capitalismo russo, Lenin conseguiu identificar com maior precisão quem representava o sujeito político genuinamente revolucionário daquele período – o proletariado. Contudo, isso não resolveu os problemas intrínsecos à transição para o socialismo em um país predominantemente agrário e de natureza majoritariamente pequeno-burguesa.

Caminhos escarpados de uma revolução não-clássica

Nos finais do século XIX e no início do século XX, o populismo (*narodnichestvo*) emergiu como o principal pensamento social de oposição ao regime autocrático. Muitos dos populistas sustentavam a visão de que o capitalismo na Rússia era uma construção artificial, uma deformidade importada do Ocidente que precisava ser contida. Durante esse período, Lenin produziu uma obra fundamental criticando as posições populistas e, ao mesmo tempo, realizando uma análise do capitalismo russo. A obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de 1899, representou uma crítica incisiva ao socialismo romântico dos populistas, que Lenin considerava uma ideologia reacionária. Além disso, ele observou que a participação política das massas proletárias na revolução de 1905 apenas confirmou as bases econômicas delineadas em sua argumentação (Lenin, 1985, p. 9). Diante de uma estrutura agrária composta por pequenos proprietários rurais, Lenin via a formação do capitalismo e a expansão da economia mercantil no campo como elementos de modernização. Ele argumentava que, ao desintegrar as relações estagnadas que perduraram por séculos na Rússia, “o capitalismo agrário é, na Rússia, uma força progressista notável” (Lenin, 1985, p. 203).

Apesar das metamorfoses do pensamento, Lenin manteve, após 1917, a estrutura essencial de sua visão que já havia sido estabelecida no final do século XIX. Isso se tornou especialmente evidente durante o debate sobre o capitalismo monopolista de Estado, em oposição a Bukharin e aos “comunistas de esquerda”, na primavera de 1918, quando Lenin escreveu um primeiro panfleto sobre o *Infantilismo de Esquerda*. Naquele momento, essa facção criticava a liderança soviética por supostos “desvios de direita” que estariam conduzindo ao capitalismo monopolista de Estado. Lenin, de maneira sarcástica, argumentou que “o capitalismo de Estado seria um avanço em comparação com a situação atual em nossa República Soviética” (Lenin, 1972a). Isso se dava porque os “comunistas de esquerda” não reconheciam “o elemento pequeno-burguês como o principal inimigo do socialismo em nosso país” (Lenin, 1972a).

Para Lenin, em um contexto de pulverização do capital, de predominância da pequena propriedade, o capitalismo monopolista de Estado “seria um passo em direção ao socialismo” (Lenin, 1972b). Para resolver esse problema, antes da sublevação esserista de esquerda e da Legião Tcheca ter inflamado os rumos da guerra civil, Lenin planejava uma mudança tática importante. Conforme argumentou em maio de 1918:

Se decidirmos continuar a expropriar capital no mesmo grau que temos feito até agora, certamente sofreremos uma derrota, porque nosso trabalho de organizar a contabilidade e o controle proletário obviamente – obviamente para todos os seres pensantes – ficou para trás do trabalho de *diretamente* “expropriar os expropriadores”. Se agora concentrarmos todos os nossos esforços na organização da contabilidade e do controle, poderemos resolver esse problema, poderemos recuperar o tempo perdido, venceremos *completamente* a nossa “campanha” contra o capital (Lenin, 1972d) (grifos originais).

Conforme registrou Carr (1980, p. 91–92), naquele período havia dentro da liderança bolchevique uma discussão intensa sobre a chamada trustificação da economia, isto é, a formação de grandes trustes e conglomerados industriais privados para unir a vasta constelação de pequenas e médias indústrias russas, mantendo a propriedade privada sob rigorosa supervisão estatal. As primeiras nacionalizações realizadas pelo poder soviético ocorreram de forma muito espontânea, contraproducente e até de forma um tanto vingativa (Allen, 2015). Por essa razão, Lenin acreditava que as nacionalizações estavam muito aceleradas. Era crucial deslocar o foco da ação política para a tarefa de administrar e incrementar a produtividade do trabalho. O aumento da produtividade “tornou-se a tarefa principal e central. Nós, o Partido Bolchevique, convencemos a Rússia. Ganhamos a Rússia dos ricos para os pobres, dos exploradores para os trabalhadores. Agora devemos administrar a Rússia” (Lenin, 1972d).

Não fosse o rebanhar aberto e prolongado da guerra civil, com a invasão de outros quatorze países, talvez a política lenineana de avançar com a revolução, de burguesa à proletária, pelo terreno da economia tivesse prosperado e a industrialização e coletivização da agricultura não tivessem sido tão traumáticos. Mas como observado corretamente por Stalin, a revolução proletária começa *depois* da conquista do poder político. Ao contrário das revoluções burguesas, que desenvolveram seus mecanismos econômicos dentro das sociedades feudais através de um secular processo de amadurecimento e culminaram na conquista do poder político com a derrubada violenta e política do Antigo regime, as revoluções proletárias só podem começar a

abordar suas tarefas econômicas após alcançar o poder¹. Lukács argumentou no mesmo caminho quando afirmou: “Aquilo que no proletariado da sociedade capitalista só existia como possibilidade alcança, aqui, sua existência efetiva; *a verdadeira energia produtiva do proletariado só pode despertar após a tomada do poder estatal*” (Lukács, 2012, p. 84, grifos originais).

No entanto, a revolução russa – como a primeira de uma série de revoluções não-clássicas –, levantou a questão de como proceder quando nem mesmo o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa madura, incluindo o próprio proletariado, haviam se desenvolvido plenamente dentro de suas formas anteriores. De acordo com Paul Baran, a ativação do excedente econômico, que no contexto russo era sobretudo resultado da produção da agricultura de subsistência dos pequenos camponeses, “torna-se o primeiro e principal problema a ser resolvido pelo Governo socialista, antes da execução de qualquer programa planejado de desenvolvimento econômico” (Baran, 1984, p. 235).

Por essas razões, para Lenin (1980, p. 310), ressaltando novamente o contraste entre o caráter da revolução ali e nos demais países europeus, afirmou que “foi fácil a Rússia começar a revolução socialista, mas continuá-la e levá-la a cabo será mais difícil à Rússia do que aos países europeus”. A estrutura agrária ultrapassada, a industrialização limitada e tardia, e a configuração social caracterizada por um governo autocrático serviram como os fundamentos da evolução não-clássica da revolução russa. No entanto, o triunfo do proletariado apoiado pela classe camponesa em 1917 rapidamente metamorfoseou sua singularidade em modelo, levando numerosos comunistas em todo o mundo a aplicarem mecanicamente o paradigma bolchevique em seus próprios países. Essa postura doutrinária exigiu uma resposta teórica e política mais ampla de Lenin. Considerando seu posicionamento como modelo de revolução mundial, Lenin (1980, p. 279) afirmou que:

[...] seria o maior erro exagerar esta verdade, estendendo-a não só a alguns traços fundamentais da nossa revolução. Seria igualmente errado perder de vista que, depois da vitória da revolução proletária, ainda que apenas num dos países avançados, começará por certo uma mudança brusca, a saber: a Rússia

¹ “A revolução burguesa geralmente começa quando já existem formas mais ou menos prontas pertencentes à ordem capitalista, formas que cresceram e amadureceram no seio da sociedade feudal antes da revolução aberta, enquanto a revolução proletária começa quando as formas prontas pertencentes à ordem socialista estão ausentes ou quase ausentes. [...] A revolução burguesa geralmente se consuma com a tomada do poder, enquanto na revolução proletária a tomada do poder é apenas o começo, e ele é usado como alavanca para transformar a velha economia e organizar a nova” (Stalin, 1948).

deixará logo depois disto de ser um país modelo, e será outra vez atrasado (no sentido “soviético” e socialista).

A definição sobre o caráter da revolução na visão lenineana tem, portanto, diferentes variáveis interdependentes, como a formação social, as relações de produção hegemônicas, a postura e os interesses objetivos das classes em lutas, mas também a posição dentro do movimento proletário internacional e o papel cumprido pelas classes dominantes do país em questão na manutenção da dominação capitalista e imperialista no mundo. É com essa última variável que iniciamos a próxima seção.

Uma revolução plebeia: o peso do campesinato

Durante o período de formação do Partido Operário Social-Democrata Russo e da fração bolchevique, Lenin sempre enfatizou o caráter *proletário* do partido e incluía no seu programa as reivindicações camponesas de um ponto de vista do proletariado revolucionário: repelindo aquelas que fortalecessem a pequena propriedade²; abraçando aquelas que enfrentavam os resquícios opressivos do feudalismo (Lenin, 1964). Uma das suas principais críticas ao mencheviques era quanto a sua ambiguidade diante do caráter proletário do partido e sua leniência com tendências pequeno-burguesas de corte camponês (Lenin, 1982c, p. 240). Durante mesmo a revolução de 1905, o chamado “ensaio geral”, Lenin também alertou sobre o compromisso exagerado dos mencheviques com a pequena-burguesia e afirmou a impossibilidade de uma unidade de vontades entre camponeses e proletários na luta pelo socialismo (Lenin, 1982b, p. 432).

Mas essas reservas de fundo quanto ao caráter de classe do camponês não foram obstáculo para que ele encontrasse um correto nexos histórico entre o proletariado e o campesinato através da estratégia de revolução não-clássica. No interlúdio reacionário e de recuo político após a derrota na revolução de 1905, ao fazer um retrospecto³ sobre seu desenvolvimento, Lenin argumentou sobre a natureza singular da revolução burguesa na Rússia. Ele enfatizou suas condições especiais que “a distinguem das outras revoluções burguesas dos tempos modernos, mas a identificam com as grandes

² Para Lenin, assim como Marx e Engels, o caráter do camponês como pequeno proprietário de terra é o que impõe sua condição de conservadora de classe: “a tendência do mujique na sua atividade econômica é a de tornar-se *kulak*” (Lenin, 1982a, p. 58).

³ Esse artigo de Lenin foi particularmente valorizado por Florestan Fernandes em seu “Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo” (Fernandes, 2019, p. 146-147).

revoluções burguesas de outras épocas, quando o campesinato desempenhou um papel revolucionário notável” (Lenin, 1973).

Na visão de Lenin, o camponês era considerado um dos principais aliados do proletariado na revolução e um fator político distintivo que separava as chamadas revoluções burguesas modernas das grandes revoluções burguesas do passado. O líder bolchevique estava distinguindo as revoluções burguesas dos tempos modernos como revoluções passivas, realizadas “pelo alto”. Provavelmente referia-se à Itália, aos países do leste e, à maior delas, a famosa via prussiana na Alemanha⁴. Ele destacou que o elemento plebeu das cidades durante a Guerra Civil Inglesa e a Revolução Francesa de 1789, aliado ao campesinato, foi crucial para a vitória nas grandes revoluções burguesas do passado. No entanto, ele advertiu que na Rússia, ao contrário dessas revoluções históricas, “a ordem deveria ser decididamente invertida, pois sem a iniciativa e a direção do proletariado, o campesinato não conta para nada” (Lenin, 1973). Portanto, na interpretação de Lenin, a revolução burguesa na Rússia apresentava uma peculiaridade única, pois se o campesinato voltava a cumprir um papel de relevo no processo de revolucionário, mas esse papel precisava ser dirigido por uma nova classe, o proletariado. Para Lenin, a noção de revolução burguesa no caso russo precisava ser calibrada:

O conceito de revolução burguesa não é uma definição suficiente das forças que podem alcançar a vitória em uma revolução desse tipo. As revoluções burguesas são possíveis, e ocorreram, nas quais a burguesia comercial, ou comercial e industrial, desempenhou o papel de principal força motriz. A vitória de tais revoluções era possível como a vitória do setor específico da burguesia sobre seus adversários (como a nobreza privilegiada ou a monarquia absoluta). Na Rússia as coisas são diferentes. A vitória da revolução burguesa é impossível em nosso país como a vitória da burguesia (Lenin, 1973) (grifos originais).

⁴ “Lenin (1897) delineou dois caminhos para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura: O primeiro, que ele chamou de Via *Junker* e que ficou conhecido como ‘modelo prussiano’, caracteriza-se pelo fato de que os próprios grandes proprietários dão início ao processo de transição e o orientam. Nesse caso, as grandes propriedades pré-capitalistas são lentamente transformadas em empresas capitalistas, o que não só deixa as grandes propriedades intactas como também muitos sistemas de controle dos trabalhadores. Lenin sugere que, quando o desenvolvimento segue esse modelo, o capitalismo amadurece muito lentamente e continuam a vigorar, durante muito tempo, os aspectos das relações pré-capitalistas de produção. E contrasta esse ‘modelo prussiano’ com o caminho ‘democrático’, ou dos pequenos produtores rurais, caracterizado por uma revolução liderada pelos camponeses, que destrói as grandes propriedades agrárias e abole as relações de servidão. Desse processo, surge um grande campesinato ou uma classe de pequenos fazendeiros que exploram pequenas glebas” (Dicionário do pensamento marxista, 2012, p. 162).

Mais tarde, sua leitura se confirmou, já que a dimensão democrático-burguesa da revolução não apenas persistiu, mas também se intensificou e se solidificou por meio da revolução proletária de outubro de 1917. Segundo Lenin, o campesinato teve um peso fundamental na composição das massas revolucionárias, estabelecendo um elo histórico entre a revolução burguesa russa e as grandes revoluções do Ocidente. Lev Kritsman, economista soviético, também enfatizou que a revolução russa foi uma verdadeira revolução nacional, envolvendo todo o povo de todas as regiões mais remotas, e provou ser tão popular, se não mais, que a revolução francesa (Kritsman, 1926, p. 11). Em seu panfleto de 1920, quando criticou as condutas esquerdistas e irresponsáveis dentro do movimento comunista, Lenin também destacou um dos pré-requisitos para a vitória da revolução:

[...] a existência no campesinato de um movimento revolucionário democrático-burguês tão profundo que o partido do proletariado tomou as reivindicações revolucionárias dos partidos camponeses [...] e as realizou imediatamente graças à conquista do poder político pelo proletariado (Lenin, 1980, p. 310).

A revolução burguesa na Rússia se separou das grandes revoluções burguesas precisamente devido ao papel ambíguo desempenhado pela burguesia como classe. Lenin descreveu a atitude da burguesia e do espírito pequeno-burguês durante a revolução de 1905 como uma busca por conciliação com a autocracia sem travar conflitos diretos. Ele observou que, “depois da primeira derrota, apressou-se a renunciar ao seu próprio passado, envenenando a atmosfera pública com desânimo, covardia e apostasia” (Lenin, 1973). Para Lenin (1973), os estratos sociais considerados democráticos e revolucionários no Ocidente, como os mestres-artesãos, a burguesia e a pequena burguesia das cidades, na Rússia, tenderam a adotar uma postura contrarrevolucionária liberal. Além disso, Kritsman (1926) destacou que a interconexão entre a revolução proletária e a revolução agrária democrático-burguesa na Rússia a tornou mais complexa, conferindo-lhe características de uma revolução anticolonial⁵. De fato, Lenin já havia contemplado, antes mesmo de experimentar, a revolução como uma verdadeira revolução popular que, sem amalgamar proletariado e as diferentes

⁵ Interessante notar a leitura que quase cem anos atrás fez da revolução, foi muito ressaltada contemporaneamente por Domenico Losurdo (2004; 2017).

classes com interesses contraditórios numa ideia abstrata de povo, atribuiu a cada uma o seu peso objetivo⁶.

Outubro no campo contra os *kulaks*: houve uma segunda revolução?

A questão agrária na Revolução Russa representou um desafio persistente para os comunistas ao longo de todo o processo revolucionário. Os problemas decorrentes do caráter não-clássico de uma revolução proletária ocorrida em um país predominantemente pequeno-burguês se desenrolaram ao longo de décadas. Em razão do atraso na estrutura fundiária e nas relações de produção no campo, o programa agrário bolchevique, discutido em várias ocasiões antes da revolução, precisou se adaptar às circunstâncias concretas repetidamente. É amplamente conhecido que a agricultura em grande escala e a nacionalização das terras, em oposição à chamada partilha negra (*Chorny peredel*) de redistribuição de terras, eram os pilares tradicionais do programa bolchevique (Machado, 2017). Durante todo o período anterior a outubro de 1917, a reforma agrária e a distribuição de terras não faziam parte oficial do programa do partido de Lenin. A tática flexível de Lenin permitiu a adoção da partilha da terra para consolidar uma aliança entre operários e camponeses e conquistar o poder em 1917. No entanto, tática não representou uma mudança programática de fundo, uma vez que os bolcheviques buscavam criar condições para a produção em larga escala já em 1918.

Parte da genialidade de Lenin advinha da sua capacidade de interpretar o problema agrário não de forma estática, mas em termos da luta de classes, de como elas se posicionam e quais os seus interesses objetivamente postos pelas relações de produção. Segundo Lenin, era preciso “ajudar o campesinato a dar sobrevida aos slogans pequeno-burgueses, a fazer a transição o mais rápida e facilmente possível para os slogans socialistas” (Lenin, *apud* Carr, 1980, p. 45). A aceleração da distribuição de terras coincidia com a precipitação do momento democrático-burguês da revolução russa para o proletário-socialista. A partilha da terra se beneficiou de um movimento camponês espontâneo que já estava em andamento antes de Outubro e que foi

⁶ “A social-democracia lutou e luta, com pleno direito, contra o abuso democrático-burguês da palavra povo. Exige que com essa palavra não se encubra a incompreensão dos antagonismos de classe no seio do povo. Insiste categoricamente na necessidade de uma completa independência de classe do partido do proletariado. Mas divide o povo em classes não para que a classe avançada se encerre em si mesma, se confine em limites estreitos, castre a sua atividade com considerações como a de que não se afastem os donos econômicos do mundo, mas para que a classe avançada, não sofrendo das vacilações, da inconsistência, da indecisão das classes intermédias, lute com tanto maior energia com tanto maior entusiasmo pela causa de todo o povo à frente e todo o povo” (Lenin, 1982b, p. 452).

astutamente observado por Lenin. Periodicamente, durante a época de semeadura, o campesinato russo se envolvia em agitações espontâneas contra os proprietários de terras. Um desses distúrbios começou a surgir no outono de 1917 (Linhart, 1983).

Dada a impaciência do campesinato com a procrastinação do Governo Provisório, era de se esperar que as comunidades rurais procedessem com uma redistribuição irregular das terras ao longo do vasto território da República soviética após a promulgação do *Decreto da Terra* no 2º Congresso dos Sovietes que marcou a Revolução de Outubro. Parte da flexibilização tática de Lenin para solidificar a aliança com o campesinato foi nacionalizar a terra *de jure* e entregá-la *de facto* aos camponeses, através dos seus soviets e comitês agrários⁷. Alec Nove (1986) argumenta que os camponeses realizaram a reforma agrária com suas próprias mãos, resultando em uma distribuição mais equitativa das terras. O número de lotes aumentou e suas extensões foram niveladas para uma média uniforme. Embora tenha havido uma equalização das terras, esta não ocorreu de forma puramente espontânea. A partilha foi mais coordenada e o enfrentamento contra a aristocracia rural foi menos acirrado nas regiões onde o poder soviético estava firmemente estabelecido. Segundo Carr (1980, p. 38):

[...] as forças soviéticas operavam principalmente em áreas onde a revolução agrária havia sido rapidamente realizada e alguma medida de administração ordeira era de bastante longa data, enquanto as áreas onde as condições eram mais anárquicas, e a luta agrária mais violenta e amarga ficavam por trás das linhas “brancas”.

A luta de classes e as glebas como um literal *campo* de batalha da Guerra Civil são exemplo cristalino da noção de revolução não-clássica no pensamento de Lenin. Rapidamente, a luta contra os proprietários rurais deu lugar à luta contra a burguesia

⁷ Sem medo de errar, a vitória bolchevique na guerra civil não seria possível sem esse decreto. Lenin foi capaz de conciliar em sua tática o programa proletário de nacionalização da terra com a tática de redistribuição da terra em um só decreto. Ao mesmo tempo que aboliu a propriedade privada, concedeu o uso da terra aos camponeses e os empoderou para distribuí-la. Dizia o *Decreto da Terra*: “A *propriedade privada da terra fica abolida para sempre*; a terra não deve ser vendida, comprada, arrendada, hipotecada ou alienada de qualquer forma. [...] O direito de usar a terra deve ser concedido a todos os cidadãos do Estado russo (sem distinção de sexo) que desejem cultivá-la com seu próprio trabalho, com a ajuda de suas famílias ou em parceria, mas somente enquanto puderem cultivá-la. O emprego de força de trabalho assalariada não é permitido [...]. Toda terra, quando alienada, deve se tornar parte do fundo nacional de terras. Sua distribuição entre os camponeses ficará a cargo dos órgãos locais e centrais de autogoverno, desde as comunas de vilarejos e cidades, organizados democraticamente, nas quais não há distinção de posição social, até os órgãos centrais do governo regional” (Lenin, 1977).

agrária, os *kulaks*. Depois da tomada do poder e a expropriação da aristocracia agrária, Lenin começou a se preocupar com outras classes e frações de classe que já estavam nascendo desde a emancipação dos servos de 1861. Lenin sustentava a necessidade de persuadir o camponês médio de que a agricultura coletiva era superior à pequena agricultura individual por meio de exemplos econômicos, e não através da coerção:

Nossa política sempre foi formar uma aliança com o camponês médio. Ele não é inimigo das instituições soviéticas. Ele não é inimigo do proletariado ou do socialismo. É claro que ele hesitará e só consentirá com o socialismo quando vir por um exemplo definido e convincente que ele é necessário. O camponês médio, é claro, não pode ser convencido por argumentos teóricos ou por agitação. E não contamos com isso. Mas ele pode ser convencido pelo exemplo e pela frente sólida dos camponeses pobres (Lenin, 1972c).

A *Lei Fundamental da Socialização da Terra* aprovada no 3º Congresso dos Sovietes em 1918 expandiu e deu novas provisões ao *Decreto da Terra*. Ela continuou mantendo a terra nacionalizada e colocando-a sob poder das organizações camponesas, mas instituiu a possibilidade de usar parte dos lotes expropriados para construir fazendas-modelo com produção coletiva⁸ (VTsIK; Sovnarkom, 1957). Lenin já desde, pelo menos, 1905 sabia que se desenrolaria uma continuidade da revolução no campo, como forma de passagem da revolução burguesa à revolução proletária, da revolução democrática à revolução socialista. Foi o que argumentou no congresso de unificação entre bolcheviques e mencheviques de 1907, uma década antes de Outubro:

[...] após a vitória completa da revolução democrática, o pequeno proprietário virá inevitavelmente contra o proletariado, quanto mais cedo os inimigos comuns do proletariado e dos pequenos proprietários, como os capitalistas, os latifundiários, a burguesia financeira, etc., forem derrubados (Lenin, 1965).

Lenin antecipava uma luta de morte com parte do campesinato. Sua distinção entre camponeses pobres, médios e *kulaks* estava impressa em suas posições táticas e na estratégia de revolução desde seu estudo sobre *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (Lenin, 1985). O começo da luta contra os *kulaks* e a transição da Revolução de Outubro para o campo ocorreu quando Lenin considerava que a burguesia rural era

⁸ Rosa Luxemburgo, por outro lado, repreendeu os bolcheviques por sua complacência em relação à partilha da terra, e caracterizou as fazendas-modelo como apenas experimentos locais que não representavam uma reforma social completa (Luxemburgo, 2011, p. 187-189).

responsável pela escassez de víveres nas cidades, que estavam especulando com os preços de cereais via omissão. Para enfrentar a situação, foram criados os destacamentos de abastecimento que deveriam ir ao campo encontrar e expropriar os provimentos. É o início da chamada “ditadura do abastecimento” que abriu caminho para o “comunismo de guerra”. Na perspectiva de Lenin, a intensa batalha travada nas áreas rurais pela obtenção dos grãos e cereais necessários para alimentar tanto a cidade quanto o recém-formado Exército Vermelho foi uma manifestação do prolongamento da Revolução de Outubro no campo. Os esforços para estabelecer destacamentos de abastecimento e sovietes de camponeses pobres foram uma cruzada contra a burguesia rural e a antecâmara do socialismo no campo (Carr, 1980, p. 52).

A escalada da luta de classes no campo, ou a “ruralização” da Revolução de Outubro, era, para ele, uma evolução inevitável do curso do processo revolucionário. Lenin depositava sua confiança nos Sovietes ou comitês dos camponeses pobres (*Kombedy*) para desempenhar esse papel histórico crucial na luta contra os *kulaks* (Nove, 1986, p. 125). Em novembro de 1918, no primeiro aniversário da revolução, Lenin defendeu a autonomia dos comitês de camponeses pobres. “Eles devem se organizar separadamente. E agora demos o primeiro e mais importante passo da revolução socialista no campo. Não poderíamos ter dado esse passo em Outubro” (Lenin, 1974). A iniciativa parecia bem-sucedida, como evidenciado pelo Congresso de Camponeses Pobres da região norte, realizado no mesmo mês e que reuniu 15 mil representantes desses comitês.

Durante o 1º Congresso de Camponeses Pobres, Lenin também fez um pronunciamento demonstrando todo o seu apoio e entusiasmo com essa iniciativa. Para ele, “A formação dos Comitês de Camponeses Pobres nos distritos rurais foi o ponto de virada” (Lenin, 1972c). Assim, o passo decisivo de transição do momento democrático-burguês para o socialista proletário estava sendo dado através da organização dos camponeses pobres. Os comitês “[...] constituem uma garantia real de que fomos mais longe do que as tarefas a que se limitaram as revoluções democrático-burguesas comuns nos países da Europa Ocidental” (Lenin, 1972c).

Historiadores e soviétólogos como Rizzi (1988) e Shanin (1972) discordam que esse processo possa ter sido de fato uma segunda revolução, ou a “ruralização” da Revolução de Outubro. Sheila Fitzpatrick (1989), porém, contempla essa possibilidade, mas como um processo movido por operários e mineiros, não camponeses pobres. O fato é que, tendo ocorrido ou não em finais de 1918, um estiramento da revolução democrática através da luta de classes no campo fazia parte da noção lenineana de revolução. O que demonstra em sua teoria uma complexa interação entre espaços, programas e classes

– na política e na economia –, para rastrear e localizar os peculiares momentos de transição da revolução burguesa para a revolução democrática. O que fica patente é que como a burguesia se tornou uma classe acovardada por estar quase fundida aos interesses do Estado autocrático – daí que a vitória da revolução burguesa não coincidia com a vitória da burguesia – cabia ao proletariado, mesmo que uma classe nova e numericamente inferior, levar a cabo a revolução democrática, mas apenas como uma parte transitória da revolução proletária. A aliança histórica do proletariado com o campesinato sobreviveu a esse lapso histórico, até que o confronto com a pequena-propriedade e a burguesia rural voltaram à tona nos anos finais da NEP.

Referências

- ALLEN, B. C. **Alexander Shlyapnikov, 1885-1937**. Life of an Old Bolshevik. Leiden and Boston: Brill, 2015.
- BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CARR, E. H. **History of Soviet Russia**. The Bolshevik Revolution (1917-1923). New York and London: W.W. Norton & Company, 1980.
- BOTTOMORE, T. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FITZPATRICK, S. New perspectives on the Civil War. In: KOENKER, D. P.; ROSENBERG, W. G.; SUNY, R. G. (orgs.). **Party, State, and Society in the Russian Civil War**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1989. p. 03-23.
- KRITSMAN, L. **Geroicheskiy period Velikoy Russkoy Revolyutsii**. Moskva: Gosudarstvennoye Izdatel'stvo RSFSR, 1926.
- LENIN, V. I. A Doença Infantil do “Esquerdismo” no Comunismo. In: **OBRAS ESCOLHIDAS**. São Paulo: Alfa Omega, 1980. v. 3, p. 275-349.
- LENIN, V. I. A que herança renunciamos? In: **OBRAS ESCOLHIDAS**. São Paulo: Alfa Omega, 1982a. v. 1, p. 47-78.
- LENIN, V. I. Duas táticas da Social-democracia na Revolução democrática. In: **OBRAS ESCOLHIDAS**. São Paulo: Alfa Omega, 1982b. v. 1, p. 381-472.
- LENIN, V. I. Extraordinary Sixth All-Russia Congress Of Soviets Of Workers', Peasants', Cossacks' and Red Army Deputies. In: **COLLECTED WORKS**. Moscow: Progress Publishers, 1974. v. 28, p. 135-164. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/nov/06a.htm#bk02>.
- LENIN, V. I. “Left-Wing” Childishness. In: **COLLECTED WORKS**. Moscow: Progress Publishers, 1972a. v. 27, p. 323-334. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/may/09.htm>.

Lenin na atualidade: economia, política e cultura

Lenin e a natureza não-clássica da Revolução Russa

DOI: 10.23899/9786589284604.1

LENIN, V. I. Material for the Preparation of the Programme of the R.S.D.L.P. Notes On Plekhanov's Second Draft Programme. In: **COLLECTED WORKS**. Moscow: Progress Publishers, 1964. v. 6, p. 17–78.

Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1902/draft/04mar07.htm#v06zz99h-037>.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LENIN, V. I. Second All-Russia Congress of Soviets of Workers' and Soldiers' Deputies. Report on Land. In: **COLLECTED WORKS**. [S. l.: s. n.], 1977. v. 26, p. 257–262. Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/oct/25-26/26d.htm>. Acesso em: 7 dez. 2020.

LENIN, V. I. Session of the All-Russia C.E.C. In: **COLLECTED WORKS**. Moscow: Progress Publishers, 1972b. v. 27, p. 279–313. Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/apr/29.htm>.

LENIN, V. I. Speech to the First All-Russia Congress of Land Departments, Poor Peasants' Committees and Communes. In: **COLLECTED WORKS**. Moscow: Progress Publishers, 1972c. v. 28, p. 338–348.

Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/dec/11.htm>.

LENIN, V. I. The Assessment of the Russian Revolution. In: **COLLECTED WORKS**. Moscow: Progress Publishers, 1973. p. 50–62.

LENIN, V. I. The Immediate Tasks of the Soviet Government. In: **COLLECTED WORKS**. Moscow: Progress Publishers, 1972d. v. 27, p. 235–77. Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/mar/x03.htm#bk2>.

LENIN, V. I. The Unity Congress of the R.S.D.L.P. Speech in Reply to the Debate on the Agrarian Question. In: **COLLECTED WORKS**. Moscow: Progress, 1965. v. 10, p. 277–309. Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/ucong/1.htm#v10pp65-279>.

LENIN, V. I. Um passo à frente, dois passos atrás. In: **OBRAS ESCOLHIDAS**. São Paulo: Alfa Omega, 1982c. v. 1, p. 217–376.

LINHART, R. **Lenin, os camponeses, Taylor**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

LUKÁCS, G. **Socialismo E Democratização**: Escritos Políticos 1956–1971. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

LUKÁCS, G. **Lenin**: Um estudo sobre unidade do seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURGO, R. A Revolução Russa. In: LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo**: Textos Escolhidos (1914-1919). São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 175–212.

MACHADO, G. S. **A Têmpera Da Tempestade**. Uma análise do Partido em Lenin até 1917. Bauru: Canal 6 Projeto Editorial Práxis, 2017.

NOVE, A. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista. In: HOBBSAWM, E. (org.). **História do Marxismo**. O marxismo da época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 105–136.

RIZZI, F. A Internacional Comunista e a questão camponesa. In: HOBSBAWM, E (org.). **História do Marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 219–247.

SHANIN, T. **The Awkward Class**. Political Sociology of Peasantry in a developing society: Russia 1910–1925. Oxford: Clarendon Press, 1972.

STALIN, I. V. K voprosam leninizma. In: SOCHINENIYA. Moskva: Gosudarstvennoye izdatel'stvo politicheskoy literatury, 1948. p. 376–379. Disponível em:
https://c21ch.newcastle.edu.au/stalin/t8/t8_03.htm#r3.

STALIN, I. V. O zadachakh khozyaystvennikov: Rech' na Pervoy Vsesoyuznoy konferentsii rabotnikov sotsialisticheskoy promyshlennosti. In: SOCHINENIYA. Moskva: Gosudarstvennoye izdatel'stvo politicheskoy literatury, 1951. p. 29–42. Disponível em:
https://c21ch.newcastle.edu.au/stalin/t13/t13_06.htm.

VTSIK VSEROSSIYSKIY TSENTRAL'NIY ISPOLNITEL'NIY KOMITET; SOVNARKOM SOVET NARODNYKH KOMMISSAROV. Osnovnoy zakon o sotsializatsii zemli. In: INSTITUT MARKSIZMA-LLENINIZMA PRI TSK KPCC; INSTITUT ISTORII SSSR AKADEMI NAUK SSSR (ed.). **Dekrety Sovetskoy vlasti**. Moskva: Izdatel'stvo politicheskoy literatury, 1957. p. 407–419. Disponível em:
<http://www.hist.msu.ru/ER/Etext/DEKRET/soczem.htm>.

A Comuna é Imortal: Lênin, Trotsky e o Assalto aos Céus de 1871

Francisco Lino de Aviz Neto*

A análise materialista e dialética da história permite uma compreensão totalizante dos acontecimentos, pois mira holofotes ao passado para uma atuação consequente no presente. Aos marxistas, para isto deve servir a historiografia, sendo uma escrita destinada a balanços e perspectivas para as gerações, explicando como deram-se os caminhos que nos trouxeram até o momento e como podemos modificá-los (Alizadeh, 2024).

Neste sentido, após 150 anos, estudar o Assalto aos Céus realizado pela Comuna de Paris de 18 de março de 1871 significa aprender sobre conquistas, possibilidades e, ao mesmo tempo, equívocos. Acontecimentos que não cessam, tendo muito a dizer para a luta revolucionária em nosso tempo, tal como disse no início do século XX para os dirigentes bolcheviques das revoluções russas, Vladimir Lênin e Leon Trotsky.

Esta necessária inspiração se resume no fato da Comuna de Paris ter sido a seminal experiência de poder operário, principalmente em um ambiente ávido de revolução, a França. Este evento inaugural da classe trabalhadora como protagonista da história foi amplamente explicado por Karl Marx e, como não poderia ser diferente, também recebeu fundamentais abordagens dos mencionados revolucionários, como aqui veremos.

Lênin em memória da Comuna

O revolucionário bolchevique destinou alguns artigos especificamente sobre a Comuna de Paris. Aqui, iremos nos atentar a três exemplos. O primeiro é a publicação de 14 de julho de 1905, no jornal *Proletari*, em seu número 8 (Lênin, 1905). Tratava-se de um material semanal e clandestino da fração bolchevique, ligado ao órgão central do Partido Operário Social-democrata Russo, criado de acordo com a resolução do III Congresso do partido. O referido artigo chamou-se “A Comuna de Paris e as Tarefas da Ditadura Democrática”, onde Lênin buscou extrair os ensinamentos do processo

* Professor de História e mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville. E-mail: profchicoaviz@gmail.com

parisiense para a realidade russa do início do século XX, em especial, sobre uma hipotética participação social-democrata em um governo provisório e para a disputa interna do partido contra os reformistas mencheviques. Isto se mostra relevante quando, no início do artigo, Lênin transcreveu a resolução de uma conferência menchevique que afirmava a impossibilidade de uma revolução na Rússia, sendo realizável somente após revoluções nos países avançados da Europa. A história nos mostrou o contrário, como bem sabemos. Assim, neste debate entre Lênin e, principalmente, Martinov, um dirigente menchevique, o bolchevique construiu suas considerações sobre o papel do POSDR em uma ditadura democrática dos trabalhadores, nutrindo-se da experiência da Comuna de Paris.

Para tanto, Lênin provocou a retórica: “Foi a Comuna uma ditadura do proletariado?” e a respondeu a partir de Engels, na sua introdução à terceira edição da obra de Marx “A Guerra Civil em França”, escrita no ano da Comuna, 1871: “Ultimamente, as palavras ‘ditadura do proletariado’ voltaram a consumir em santo horror o filisteu social-democrata. Pois, bem, senhores, quereis saber o que é que recorda esta ditadura? Olhai a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado!” (Engels, 1891). Contudo, Lênin destrinchou a afirmação de Engels ao explicar que a Comuna de Paris não possuiu um Estado operário constituído, pois não obteve tempo, nem uma composição feita por um partido revolucionário, devido aos membros da Associação Internacional dos Trabalhadores terem sido minoria no governo popular. E apresentou dados: “O Comité Central da Guarda Nacional, por exemplo, era constituído por trinta e cinco membros, sendo apenas dois socialistas - isto é, membros da Internacional” (Lênin, 1905).

Em seguida, Lênin cita a declaração da própria I Internacional sobre a Comuna, a partir de um órgão de imprensa da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), chamado *Jornal Operário de Nova Iorque*, em sua edição de 18 de julho de 1874:

A Comuna não foi obra da Internacional; Comuna e Internacional não são o mesmo, mas os membros da Internacional aprovaram o programa da Comuna, levando-o na própria altura muito mais longe do que o seu limite inicial; estes foram, igualmente, os seus mais zelosos e fiéis defensores, pois compreendiam a importância da Comuna para a classe operária.

Com isso, Lênin explicou que a I Internacional realizava certa influência política, mas que a organização da Comuna de Paris era de total controle do Conselho da Guarda Nacional.

Sua proposta com este artigo não era, portanto, explicar a história da Comuna, mas mostrar o exemplo de como se deu a composição de um governo popular. Mostrar quais forças políticas estavam integrando aquela tentativa revolucionária e como isso poderia servir de experiência, em seus erros e acertos, para os russos. Assim, quanto à afirmação de Engels, Lenin completou dizendo que: “não resta a menor dúvida de que Engels, ao chamar ditadura do proletariado à Comuna, se referia unicamente à participação ideológica, e além disso, dirigente dos representantes do proletariado no governo revolucionário de Paris” (Lênin, 1905).

Para a prática russa, isso significava, segundo Lênin (1905), que haveria a participação pequeno-burguesa em um governo provisório revolucionário, mas que o papel de um partido socialista é expressar um programa proletário para o governo, não repetindo os erros da Comuna, que foram, nominalmente: não tomar o Banco Central das mãos burguesas, não empreender uma ofensiva contra as forças da reação e não construir o referido programa socialista para a situação revolucionária. Em suma, os revolucionários deveriam (e devem) realizar o balanço da Comuna de Paris e defender, em seu tempo, a real “ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses” (Lênin, 1905).

Um segundo exemplo de como Lênin analisou a Comuna de Paris encontramos na publicação de 23 de março de 1908, no número 2 da Gazeta Zagranichnaya, onde tratou das duas tarefas do processo revolucionário: a tarefa nacional contra a invasão prussiana e a tarefa de classe contra o capitalismo. Nisto, explicou como a confusão nacionalista afetou socialistas como Blanqui (Lênin, 1908).

Trata-se de um artigo de ricos aprendizados para nosso tempo, pois sintetiza a posição marxista sobre o nacionalismo na luta socialista, além de explicar como somente o proletariado é capaz de cumprir as tarefas democráticas “que a burguesia só soube proclamar” durante a história. Apresentou também os erros da Comuna, expressos no que ele resume em o “proletariado ter parado no meio do caminho ao não ter expropriado os expropriadores” (Lênin, 1908).

No entanto, o artigo no qual podemos obter uma compreensão mais profunda do que Lênin pensava sobre a Comuna de Paris fora a publicação de 15 de abril de 1911, no número 4 da revista Rabochaya Gazeta, intitulado “Em Memória da Comuna”, sendo uma homenagem aos 40 anos deste processo (Lênin, 1911). Como o russo relata neste texto, os franceses, ano após ano, comemoram em comícios e manifestações os revolucionários do 18 de março. Já ao fim de maio, mês no qual a revolução foi esmagada em violência e sangue, os parisienses levam coroas de flores às tumbas dos communards, prometendo lutar pelo socialismo e defender o legado daqueles que

tombaram no bom combate. A intenção de Lênin não era somente homenagear os camaradas franceses, mas explicar ao proletariado russo porque os trabalhadores de todos os países destinam sua memória, carinho e louvor à Comuna. Isto é, qual herança nos deixou, e assim a detalha.

Lênin frisou que a “Comuna surgiu de maneira espontânea, ninguém a preparou de modo consciente e sistemático”. Assim, o processo surgiu da situação em que a França se encontrava, listando: a guerra franco-prussiana; o desemprego operário; a decadência da pequena-burguesia; a revolta popular contra a burguesia, o Estado e as forças de repressão; a organização do movimento operário e a Assembleia Nacional composta por reacionários. Estas foram as principais causas da ebulição social que deu à Guarda Nacional a direção do rebento da história socialista.

Como em uma aula de história, Lênin relembra que, até 1871, o rumo das sociedades só esteve nas mãos dos latifundiários e dos capitalistas, por meio de seus fantoches políticos. Mas com a Comuna, ocorrida após a fuga do governo Thiers pela ameaça prussiana, o poder passou para as mãos proletárias. Entretanto, Lênin explica que não basta os trabalhadores governarem para que o modo produtivo e toda a cadeia capitalista se transforme em um regime operário. A Comuna tinha de aniquilar o domínio burguês e do capital.

Lênin, acertadamente, demonstra que o movimento revolucionário foi “heterogêneo e confuso”, somando-se às fileiras desde patriotas franceses, que buscavam uma real força contra os prussianos, passando por pequenos comerciantes, que penavam com os aluguéis, até republicanos burgueses, que temiam o retorno monárquico por meio da reacionária Assembleia Nacional. Mesmo assim, reitera que a vanguarda da Comuna fora o operariado parisiense, relativamente influenciado pela propaganda socialista da AIT.

A partir disso, Lênin deixa claro que não se pode confiar nestas classes que se apoiam no proletariado em processos revolucionários. Seus interesses são outros, mesmo que aparentam similitudes, mesmo que possuam ódio à burguesia, são suscetíveis aos vacilos em defesa da propriedade privada e toda a sorte de ideologias anticomunistas. Já o proletariado, possuidor apenas da sua força de trabalho e da possibilidade de ser dona do seu próprio destino, não abandonou em nenhum momento a luta pela Comuna.

Abandonada por seus aliados de ontem e sem contar com nenhum apoio, a Comuna tinha de ser derrotada inevitavelmente. Toda a burguesia francesa,

todos os latifundiários, especuladores da bolsa e fabricantes, todos os grandes e pequenos ladrões, todos os exploradores uniram-se contra ela (Lênin, 1911).

Mais do que o abandono das classes vacilantes, Lênin aponta uma lição fundamental para o internacionalismo proletário: mesmo em guerra, as burguesias rivais esquecem suas desavenças quando é preciso esmagar o proletariado organizado. Isto ocorreu no processo parisiense e deve servir de profundo aprendizado para os revolucionários de nosso tempo.

Além da unidade geral dos defensores franceses da ordem burguesa, o governo de Bismarck, suposto inimigo alemão, fez cantar a liberdade para 100 mil soldados franceses para que deixassem sua guerra e fossem confrontar os trabalhadores da Comuna. Era a coalizão burguesa dos dois Estados em guerra contra o socialismo. O cerco a Paris foi realizado: uma metade feita pelos camponeses atrasados e a pequena-burguesia francesa, a outra metade feita pelo exército prussiano. Nem mesmo as intencionas de Marselha, Lyon, Saint-Etienne, Dijon e outras cidades foram capazes de acudir a capital, fracassando em suas Comunas. Era o fim da revolução na semana sangrenta de 22 a 28 de maio de 1871.

Como dissemos no início, a história nos serve não apenas como fatos para se contemplar, aumentando nossa erudição, mas para nutrir a luta revolucionária no presente, e assim fez Lênin. Desta experiência, com seu artigo, Lênin educou o leitor sobre as condições necessárias para o logro de uma revolução social: “o alto desenvolvimento das forças produtivas e o proletariado preparado para ela”. Infelizmente, estes dois elementos não estavam maduros na Comuna.

Embora tenha realizado sua revolução burguesa há praticamente um século, a França, em 1871, ainda era composta, no grosso, pela pequena-burguesia, ou seja, artesãos, camponeses e comerciantes. Não havia, portanto, uma massa proletária, tampouco um partido operário, a vanguarda consciente desta classe, capaz de dirigir a revolução. Os objetivos concretos não existiam, por assim dizer, eram nebulosos. Os revolucionários parisienses não contavam também com grandes sindicatos e cooperativas para a organização das categorias.

Contudo, Lênin considerava que, antes de qualquer outro problema, o que causou a derrota da Comuna foi a ausência de tempo, deveras precioso em uma situação revolucionária. O tempo é importante para que os trabalhadores possam realizar os balanços do processo e empreender seu programa, qual política irá aplicar com a tomada do poder. Nesta Paris da segunda metade do século XIX, o operariado, repleto dos problemas já citados, pode apenas colocar as mãos à obra, enquanto a reação

burguesa estava entrincheirada em Versalhes tramando a contrarrevolução com todas as forças possíveis. A defesa era a única política da Comuna e isto não possibilita a criação do novo mundo.

Está certo que foi uma experiência riquíssima para o movimento operário, mas, com tantos problemas, quais as medidas da Comuna que Lênin extraiu como características do processo? O dirigente bolchevique nos aponta: a) a substituição do exército permanente, braço repressor do Estado burguês, pelo armamento dos trabalhadores; b) a efetiva separação da Igreja do Estado; c) o fim do assalariamento dos padres pelo Estado; d) o fim do trabalho noturno; e) a abolição das multas aos operários; f) a promulgação do decreto de ocupação de fábricas abandonadas ou paralisadas pelos capitalistas com o governo popular entregando-as à produção e controle operário; e, g) a remuneração de todos os funcionários do governo não sendo superior ao salário de um operário. Embora fossem poucas, devido aos limites do programa, estas conquistas compunham o fantasma de terror vermelho para o velho mundo burguês, este baseado na exploração do homem pelo homem. Como poetizou Lênin, era a Bandeira Vermelha do Proletariado hasteada na capital da revolução burguesa de 1789, era a evolução da primeira revolução francesa.

O espectro do comunismo fez os generais bonapartistas realizarem a matança de 30 mil pessoas e mais 45 mil presos, executados ou destinados ao trabalho compulsório posteriormente. Ao todo, Lênin apresenta o dado de cerca de 100 mil parisienses a menos para a classe operária. Diante disso, o governo burguês e assassino de Thiers dizia, em sua propaganda pós-maio, que o socialismo havia sido destruído, ao menos por um longo período, mas “de nada serviram os grunhidos desses corvos burgueses”, respondeu Lênin. Não se passou uma década da Comuna e os operários franceses, incluindo alguns que sobreviveram às prisões burguesas, reorganizaram suas forças e voltaram ao combate contra o capitalismo, não só na França, mas em toda a Europa. As gerações seguintes foram enriquecidas pela experiência de 1871, não se acovardaram pela brutal derrota. Pelo contrário, o operariado:

[...] recolheu a bandeira caída das mãos dos combatentes da Comuna e levou-a adiante com firmeza e valentia ao grito de “Viva a revolução social! Viva a Comuna!”. E três ou quatro anos mais tarde, um novo partido operário e a agitação levantada por este no país obrigaram as classes dominantes a pôr em liberdade os communards que o governo ainda mantinha presos (Lênin, 1911).

Foi desta forma que Lênin entendeu como o proletariado internacional deveria homenagear os franceses, pois estes não lutaram apenas por suas próprias vidas, mas

por um novo mundo. Diante da experiência e da inestimável força demonstrada pelos *communards*, os russos compreenderam a necessidade de transformar a sua realidade desde 1905 até a revolução bolchevique de outubro de 1917. Assim, Lênin buscava educar a vanguarda operária de seu país e de todo o mundo por meio da II e, posteriormente, da III Internacional. Por isso, como disse Lênin com sua habitual contundência, a Comuna é Imortal.

Trotsky e as Lições da Comuna

Guerra e Revolução frequentemente se sucedem na história. [...] É assim que há 46 anos na França a guerra franco-prussiana de 1870-1871 resultou na revolta dos trabalhadores e na criação da Comuna de Paris. [...] A bandeira da Comuna é a bandeira da República mundial dos trabalhadores! (Trotsky, 1917).

Ao lado de Lênin, a contribuição de Trotsky para o entendimento da Comuna de Paris é fundamental para os revolucionários e a classe trabalhadora de nosso tempo. O dirigente do Exército Vermelho também reservou ao processo alguns artigos, os quais dois serão aqui apreciados. O primeiro data de 17 de março de 1917, publicado na *Novy Mir*, uma revista de emigrados russos em Nova Iorque, e o segundo é de 4 de fevereiro de 1921, publicado pela revista soviética *Zlatoost*.

“Sob a Bandeira da Comuna!”. Este é o artigo de Trotsky publicado em março de 1917, produzido quando a revolução política contra o feudalismo czarista havia sido feita na Rússia. A monarquia foi destituída e um governo provisório, de caráter liberal, estava no poder. A chama da revolução não era leve, mas uma labareda que ardia os ânimos da classe operária pela tomada do poder pelos soviets. Este contexto fez Trotsky produzir mais uma análise da luta de classes, tendo como exemplo a Comuna de Paris. O fez, neste momento, apontando como uma guerra, ou seja, uma situação que põe o povo em polvorosa, é capaz de abrir o caminho revolucionário, pois expõe as mazelas do Estado estabelecido.

Se em tempos normais, a classe trabalhadora acaba por executar passivamente o trabalho ao capital, isso muda completamente em uma situação de guerra ou de grande crise, fazendo as massas sentirem as contradições da sociedade de classes com mais força. Na guerra, a burguesia promete liberdade, justiça e uma vida melhor, caso saia vitoriosa. Isso, evidentemente, conquista os trabalhadores, mas, quando estes veem que tais promessas são inaplicáveis, meras mentiras das classes dominantes, os

trabalhadores se revoltam e destinam suas energias para a guerra de classes. É quando “a guerra dá origem à revolução”.

Antes de ir à Paris de 1871, Trotsky relembra que foi isso que levou a Rússia à Revolução de 1905, devido à Guerra Russo-Japonesa, e à própria Revolução de 1917, por meio da participação e o massacre contra os soldados russos na Primeira Guerra Mundial. Assim, para Trotsky, foi a Guerra Franco-Prussiana, iniciada em 1870, que possibilitou a fundação da Comuna de Paris. A precisão desta análise de Trotsky é cirúrgica, mas mesmo para os desatentos basta compreender o papel da Guarda Nacional no processo parisiense. Um destacamento de operários armados pelo governo burguês de Thiers, que deveria lutar contra os prussianos, tornou-se uma espécie de Comitê Central da Revolução, mesmo com todos os seus problemas. Isso porque, depois de capitular perante Bismarck, a burguesia francesa foi também derrotada, como aponta Trotsky, na tentativa de desarmar os trabalhadores. O espírito da guerra havia se transformado em revolta popular, tendo tomado as mentes e corações dos trabalhadores, que queriam muito mais do que cumprir a tarefa da burguesia nacional. Eles queriam mais do que expulsar o exército estrangeiro, eles queriam o poder da República, queriam um novo mundo.

Assim, no 18 de março de 1871, os trabalhadores derrotaram no campo de combate as tropas burguesas e, após 10 dias, instauraram a Comuna, o governo operário da capital. Trotsky não se demora em dizer que a experiência foi sumária, as fragilidades do governo popular não permitiram a consolidação operária, como já vimos. Mesmo assim, para Trotsky, a violência burguesa não apagou o fato da “Comuna ter sido o maior evento da história da luta proletária”, que seria superada apenas meses depois deste artigo, em outubro de 1917.

Por fim, Trotsky lista algumas das conquistas concretas do processo, que deveriam servir como norte para os russos no ano revolucionário: separar Estado e escolas da religião; abolir a pena de morte; combater o chauvinismo; fixar os salários dos funcionários do Estado ao recebido por um operário; realizar censos em fábricas para que deixassem de ser insalubres; a ocupação das fábricas para a produção e controle operário; e, em suma, a primeira experiência da economia planificada. Ele reiterou: “agora, em 18 de março de 1917, a imagem da Comuna surge diante de nós com mais clareza do que nunca, pois, depois de um grande intervalo de tempo, voltamos a entrar na época das grandes batalhas revolucionárias”.

Essa situação, para Trotsky, ainda estava, naqueles meses, restrita à Europa, mas que em breve alcançaria a América, pois, como nunca antes, a burguesia estava ávida pelo sangue da classe trabalhadora servindo aos seus lucros, ocultando essa realidade

com palavras de ordem como “em defesa da pátria”. Trotsky estava correto, eram as décadas das guerras mundiais. Neste sentido, em 1917, a Rússia deveria ter sido apenas a precursora dos levantes proletários, o início da revolução permanente. Assim Trotsky convocou:

Arrancar a máquina do Estado das mãos burguesas, transformá-la de uma arma de violência burguesa em um aparelho de autogoverno proletário. Você agora é incomparavelmente mais forte do que seus antecessores eram na época da Comuna. Controle todos os parasitas. Pegue a terra, as minas e as fábricas e gerencie você mesmo. Fraternidade no trabalho, igualdade na partilha dos frutos do trabalho! (Trotsky, 1917).

Entretanto, as décadas seguintes receberam a contrarrevolução da burocracia stalinista, sendo a barreira política para o internacionalismo proletário e para que as guerras mundiais se transformassem em revoluções mundiais.

Um outro artigo no qual podemos encontrar as considerações de Trotsky sobre o tema chama-se “Lições da Comuna de Paris”, publicado integralmente no número 18 da revista teórica da Corrente Marxista Internacional, a América Socialista (Trotsky, 2021). Se em setembro de 1924 o bolchevique escreveu o clássico livro “Lições de Outubro”, para explicar o processo russo, em fevereiro de 1921, entre uma batalha e outra da Guerra Civil, Trotsky se dedicou também a explicar as lições de 1871.

Reside neste artigo de Trotsky uma compreensão histórica primordial: nunca refletiremos sobre um processo do passado do mesmo jeito que outrora, pois ao estudarmos ou revisitarmos tais acontecimentos, sempre seremos influenciados pelos eventos subsequentes e pelo próprio presente. Em 1921, Trotsky expressou este pensamento que a Teoria da História julga explicar como algo inédito e surpreendente.

Em seu tempo, Trotsky apontou que a Comuna de Paris não foi apenas um exemplo para as revoluções russa, alemã e húngara, mas que, após estes eventos do século XX, também passou a ser melhor entendida. Fora um “presságio de uma revolução proletária mundial”. Mais que isso, a Comuna, segundo Trotsky, mostrou todas as contradições que podem acometer as massas trabalhadoras em uma revolução. Os parisienses demonstraram todo o heroísmo dos explorados e oprimidos, capazes de se unirem em uma massa heterogênea, sacrificando suas vidas pela causa da liberdade. Mas também explicitou como a indecisão, a ausência de direção para o movimento, o refugio em horas decisivas, “permitindo que o inimigo se recomponha”, podem significar não apenas a derrota revolucionária, mas uma carnificina praticada pela burguesia.

Interessante ressaltar como Trotsky explica que a Comuna tinha explodido tarde demais. Para o bolchevique, ela obteve um caminho livre para ser instaurada em 4 de setembro de 1870, ou seja, 6 meses antes da vitória do 18 de março. Caso houvesse assim acontecido, a hipótese de Trotsky é que o proletariado de Paris teria conseguido levantar os trabalhadores de toda a França contra Bismarck e contra Thiers. Mas por que 4 de setembro de 1870? Embora Trotsky não aponte em seu artigo, esta foi a data da instauração da Terceira República Francesa, o regime que mais durou no país após a revolução burguesa de 1789 e que teve Adolphe Thiers como seu presidente.

A França havia declarado guerra à Prússia em 19 de julho de 1870, com a imediata resposta alemã contra Napoleão III e seu exército. Enquanto os franceses possuíam cerca de 200 mil soldados, os prussianos reuniram 400 mil. A primeira batalha, em 2 de agosto, teve a França vitoriosa, mas após este conflito foi enfraquecida e sendo derrotada até a batalha final, em 1º de setembro, na cidade de Sedan, no nordeste do país. Com o comando militar de Napoleão, a França foi derrotada e seu governo capitulou à Bismarck, com a prisão do comandante e de 83 mil soldados. Como Trotsky explicou em seu artigo de 1917, quando a guerra burguesa não realiza o que promete, as massas revoltam-se. Abre-se então o caminho para a revolução. Assim poderia ter acontecido, pois quando a notícia da derrota francesa chegou em Paris, a rebelião explodiu nas ruas, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e, em 4 de setembro, foi proclamada a Terceira República, dando fim ao segundo império bonapartista.

Ao invés desta situação ter guinado o país para uma República operária, “o poder caiu nas mãos de demagogos democráticos, os deputados de Paris”. Isso pelo fato da ausência de direção, de um partido intimamente enraizado nas lutas dos trabalhadores. A vanguarda nesse momento estavam sendo os patriotas pequeno-burgueses, que não confiavam no proletariado, e balançavam suas bandeiras com, segundo Trotsky, “apenas dez frases vagamente revolucionárias”, uma mera fraseologia socialista, vazia de conteúdo e da participação operária. Este, aliás, é um aprendizado que devemos estar atentos nos nossos dias. Neste quesito, Trotsky aprofundou a explicação sobre as lições da Comuna, ao dizer que, na essência destas direções que divulgam fraseologias socialistas, está a mera adaptação ao Estado burguês, com o partido sendo uma máquina de manobra parlamentar. Ao contrário disso, o partido operário surge e atua com “a experiência acumulada e organizada do proletariado”.

O proletariado de Paris não tinha tal partido. Os socialistas burgueses, com os quais fervilhava a Comuna, levantaram os olhos ao céu, esperaram um milagre ou então uma palavra profética, hesitaram e, durante esse tempo, as massas tatearam, perderam a cabeça pela indecisão de uns e pela fraqueza de outros. O

resultado foi que a Revolução estourou no meio deles, tarde demais. Paris estava cercada (Trotsky, 2021).

Trotsky foi cada vez mais incisivo em seu balanço, pois afirmou que, caso o proletariado francês tivesse fundado seu partido em setembro de 1870, não apenas a história da França, mas de toda a humanidade, dali em diante, teria tomado uma outra direção. Esta hipótese compreende a necessidade do tempo para o processo revolucionário, tal como Lênin expôs em suas considerações à Comuna. Significava a fundação do Partido, do programa socialista e as experiências que teriam sido vivenciadas pelos trabalhadores do país, 6 meses antes do Assalto aos Céus. Já em 18 de março de 1871, a possibilidade se abriu e o poder foi tomado pelos trabalhadores devido à fuga do governo Thiers para Versalhes. Fora como se a revolução estivesse caído no colo dos revoltosos, pois não tinham se preparado efetivamente para isso.

Mesmo assim, com todas as possibilidades de prender os ministros burgueses e caçar Thiers, ações que não teriam qualquer resistência popular, a Comuna não o fez, permitindo a reorganização burguesa fora de Paris. Não o fez, como explica Trotsky, por não haver uma “organização partidária centralizada com uma visão geral e órgãos especiais para executar suas decisões”. Trotsky relembra que os próprios defensores de Thiers se surpreenderam, naqueles dias, diante a passividade da Comuna, pois os revolucionários teriam total possibilidade de ganhar os soldados que ainda estavam nas fileiras burguesas devido suas insatisfações aos oficiais do governo. Para o bolchevique, a tarefa deveria ter sido trazê-los à Paris, porém, “ninguém pensou nisso. Não havia ninguém para pensar nisso” (Trotsky, 2021).

A Guarda Nacional, em especial seu Comitê Central que dirigia esta revolução, não possuía esse caráter. Era, na realidade, um Conselho de Deputados, reunindo trabalhadores armados e membros da pequena-burguesia. Este conselho foi eleito imediatamente pela Comuna e poderia ser um fundamental aparato de ação. Entretanto, acabou por representar mais as contradições populares do que a força do proletariado. Dentre vários refugos, isso se expressa na fuga do governo burguês para Versalhes, quando a Guarda Nacional se eximiu completamente da própria responsabilidade, dizendo haver uma suposta falta de legalidade democrática para sua atuação.

Os radicais pequeno-burgueses e os idealistas-socialistas, respeitando a “legalidade” e as pessoas que personificavam uma parte do Estado “legal”, os deputados, os prefeitos, etc., esperavam no fundo de suas almas que Thiers

parasse respeitosamente diante da Paris revolucionária, assim que esta se cobrisse com a Comuna “legal” (Trotsky, 2021).

Politicamente, isso significava a defesa destes dirigentes da Comuna aos sagrados princípios de Federação e Autonomia. Negavam ser influência e base para as demais regiões do país, negavam a ditadura do proletariado. “Em suma, foi apenas uma tentativa de substituir a revolução proletária em desenvolvimento por uma reforma pequeno-burguesa: a autonomia comunal” (Trotsky, 2021).

Para Trotsky, isto não passava de uma tagarelice idealista, um tipo de anarquismo mundano, que servia para encobrir a covardia da Guarda Nacional em levar a revolução até às últimas consequências, a vitória proletária! É preciso, portanto, deixar claro, com as lições da Comuna, que tal defesa da atividade e independência individual e local é um legado pequeno-burguês, incrustado nesta classe e em anarquistas até nossos dias. Um erro brutal que custou a vida dos proletários franceses e de milhares de outros trabalhadores que estiveram em processos revolucionários sob esta política.

Diferente do que dizem seus críticos pequeno-burguês e anarquistas, o partido revolucionário centralizado não cria ou controla despoticamente uma revolução. O partido não escolhe o momento de tomar o poder ou outra ação de caráter autoritário. O que faz o partido centralizado, a sua verdadeira tarefa, é intervir ativamente nos acontecimentos, adentrar e motivar o espírito revolucionário dos trabalhadores, avaliar as forças inimigas e apontar para o momento favorável da ação decisiva. Assim atuaram os bolcheviques na Rússia, assim não atuou a Guarda Nacional na Comuna de Paris, pois, novamente, não tinha este caráter: “a comparação de 18 de março de 1871 com 7 de outubro (novembro em nosso calendário) de 1917 é muito instrutiva deste ponto de vista” (Trotsky, 2021). Este paralelo é detalhadamente descrito por Trotsky em seu artigo, uma aula de história comparativa, explicando como foi possível a vitória na Rússia e os motivos da derrota em Paris.

Ao fim deste esplêndido artigo, repleto de erudição histórica e ensinamentos para a luta revolucionária, Trotsky definiu que ao folharmos toda a história da Comuna de Paris uma lição se sobressai entre tantas deste processo “é a necessária liderança partidária, forte e centralizada”. Para o revolucionário, o proletariado francês se sacrificou mais que qualquer outro no mundo, porém, também mais que qualquer outro, foi enganado pela burguesia e pequena-burguesia, pelos socialistas republicanos e democráticos, que apresentaram suas fórmulas mágicas de elegibilidade parlamentar, autonomismo e demais engodos que apenas fizeram (e fazem) apertar os grilhões nos pés proletários.

Lições

O valor da Comuna de Paris de 1871 é inestimável. Todos os grandes revolucionários do século XX estudaram este processo e extraíram seus ensinamentos, em especial Lênin e Trotsky, que, com os balanços necessários e longe de qualquer idealismo, puderam defender e criticar os rumos da revolução parisiense. Seus objetivos eram evidentes: não realizar os mesmos erros na Rússia, saudando e aprendendo com os atos heróicos da Comuna. Acima de tudo, travaram o combate pelo socialismo internacional, pela expropriação dos capitalistas de todas suas bases econômicas e políticas.

Os bolcheviques colocaram em prática a ação consciente de uma vanguarda operária e revolucionária, avançaram o projeto francês do século XIX, arrancaram das mãos burguesas e monarcas os rumos da sociedade russa e consolidaram a luta internacionalista. Deixaram claro que deve ser tarefa dos marxistas e da classe trabalhadora aprender com a história, adquirir todo o acúmulo da ação dos homens no tempo, pois isto nutre nosso presente e nos permite diminuir nossos erros.

Para estes revolucionários e seus adeptos no tempo presente, busca-se a construção do fator subjetivo para a supressão capitalista pela humanidade, o partido comunista internacionalista. Como apontou Trotsky, esse processo dialético e da própria vitória do proletariado não inicia-se com “bombas e tiros, mas com o partido armado do materialismo-histórico” (Alizadeh, 2024). Isso expressa a relevância dada pelos marxistas em se aprender com a história da luta de classes, com toda a ciência, arte e economia acumulada até nossos dias, em busca de um novo mundo onde sejamos *socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres*, tal como era o sonho dos communards.

Referências

ALIZADEH, H. Como Lênin estudou Hegel. **América Socialista**: em defesa do marxismo, São Paulo, v. 14, n. 24, mar. 2024. ISSN 2764-0752.

ENGELS, F. Introdução à edição de 1891 para A Guerra Civil em França. **Arquivo Marxista na Internet**, 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1891/03/18.htm#tn122>. Acesso em: 14 abr. 2024.

LÊNIN, V. I. A Comuna de Paris e as Tarefas da Ditadura Democrática. **Arquivo Marxista na Internet**, 1905. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/07/17.htm>. Acesso em: 14 abr. 2024.

Lenin na atualidade: economia, política e cultura

A Comuna é Imortal: Lênin, Trotsky e o Assalto aos Céus de 1871

DOI: 10.23899/9786589284604.2

LÊNIN, V. I. Enseñanzas de la Comuna. **Arquivo Marxista na Internet**, 1908. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1908/marzo/23.htm>. Acesso em: 14 abr. 2024.

LÊNIN, V. I. Para a Memória da Comuna. **Arquivo Marxista na Internet**, 1911. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1911/04/28_ga.htm. Acesso em: 14 abr. 2024.

TROTSKY, L. Sous la banniere de la Commune. **Arquivo Marxista na Internet**, 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org/francais/trotsky/oeuvres/1917/03/commune.htm>. Acesso em: 14 abr. 2024.

TROTSKY, L. Lições da Comuna de Paris. **América Socialista**: em defesa do marxismo, São Paulo, n. 18, abr. 2021. ISSN 2764-0752.

Lênin e os sindicatos: por uma reflexão da/para ação pretérita e presente do sindicalismo

Rodrigo da Costa Lima*
João Henrique Zanelatto**

Introdução

É evidente que a meta final da luta grevista dentro do capitalismo é a destruição do aparelho do Estado, a derrubada do poder do Estado de determinadas classes.

V.I. Lênin

A epígrafe constitui-se em uma provocação para pensar sobre qual deveria ser o papel/atuação dos sindicatos no capitalismo. Contrariando a perspectiva de atuação do sindicalismo russo e mundial no início do século XX, Lenin propôs outro caminho de ação para os sindicatos. Mas qual seria esse caminho? Em que medida as questões colocadas por Lenin no século passado contribuem para pensar a atuação do sindicalismo no tempo presente? São essas questões que esse escrito tenciona responder.

Destarte, no marco dos cem anos sem Lênin, este artigo tem por objetivo analisar alguns aspectos da contribuição teórica do líder revolucionário russo sobre os sindicatos. Suas elaborações sobre o movimento sindical e as lutas organizadas pela classe trabalhadora perpassaram toda a sua militância política, desde seus primeiros

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor efetivo de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Campus Araranguá. E-mail: rodrigo.coslim@gmail.com

** Doutor em História, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS (2007) e Pós-Doutor pela Universidade Federal do Paraná, UFPR (2015). Na Universidade do Extremo Sul Catarinense é docente permanente e atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS junto a linha de pesquisa Trabalho e Organizações e do Curso de História. E-mail: jhz@unec.net

textos sobre o tema no final do século XIX, até suas elaborações sobre o papel e as tarefas que os sindicatos deveriam cumprir nos marcos da organização do Estado socialista.

Esse artigo destaca as contribuições de Lênin anteriores à revolução de outubro de 1917, com ênfase nas suas produções entre 1899 e 1905, nas quais ele apresenta sua compreensão sobre as greves e o desenvolvimento das lutas operárias nas particularidades do capitalismo russo. Como referência, abordamos textos elaborados no período, com destaque para *Sobre as Greves* (1899); o capítulo *Política Trade-Unionista e Política Social-Democrata*, do livro *O que fazer?* (1902) e dois artigos elaborados no calor da revolução de 1905, sendo eles *A greve política e a luta de rua em Moscou* e *Do informe sobre a Revolução Russa de 1905*.

Textos que possibilitam uma aproximação com alguns aportes da teoria leniniana sobre a ação sindical, em especial suas críticas ao economismo; sobre a relação entre sindicatos e partido; e sobre o destaque que ele dava para a luta política e educação política, que permitissem a superação de pautas orientadas apenas pela resolução imediata dos problemas econômicos enfrentados pelo proletariado russo.

Um pequeno recorte da vasta obra teórica de Lênin, que tem por objetivo apresentar alguns elementos das lutas operárias na Rússia do início do século XX e suas relações com a estratégia da revolução socialista. Tais contribuições são relevantes para refletirmos sobre os dilemas e os rumos do movimento sindical na atualidade e servem como aportes para projetarmos a atuação no movimento sindical do século XXI, visando a superação histórica da sociedade capitalista.

O artigo divide-se em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira faz-se uma rápida análise da crise do mundo do trabalho e a atuação dos sindicatos nos marcos do capitalismo. Na segunda, apresentam-se as reflexões de Lênin sobre as greves, a educação política e a luta contra o economismo no movimento dos/as trabalhadores/as. Por fim, na terceira seção, abordam-se as limitações dos sindicatos, a importância dos conselhos operários, como saltos qualitativos na organização da classe trabalhadora russa, e a atuação do partido revolucionário junto aos sindicatos.

O sindicalismo nos marcos do capitalismo

A década de 1970 o capitalismo experimentou mais uma crise, conhecida como a crise do fordismo. A “Crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo?” (Antunes, 2018, p. 26). Essa crise

marcou o aprofundamento da crise do mundo do trabalho e o sindicalismo. Destaca-se alguns elementos centrais provocados por esta crise: a) Crise estrutural do capitalismo no início dos anos 70. Crise levou o capital a implantar a reestruturação para recuperar seu ciclo de reprodução. Impacto no mundo do trabalho; b) Desmoronamento do leste europeu e a falsa ideia de “fim do socialismo”, fim do marxismo, fim do bloco socialista. Impacto no Mundo do trabalho – sindicatos, Partidos Comunistas; c) Processo político e ideológico de social democratização da esquerda – atuação subordinada a ordem do capital; d) expansão do neoliberalismo no final dos anos 70 e crise do Welfare State (Antunes, 2018).

Todas essas mudanças afetaram profundamente o mundo do trabalho e suas formas de organização. Provocaram e acentuaram também: a) diminuição do operário manual, fabril, concentrado típico do fordismo; b) aumento acentuado das formas de subproletarização, precarização do trabalho – trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado; (e no período recente – quarterizado, uberizado, plataformizado...) c) aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora – trabalho precarizado; d) Expansão dos assalariados médios no setor de serviços; e) exclusão dos trabalhadores “velhos”; f) Intensificação do trabalho imigrante e expansão da exploração do trabalho infantil em todo mundo; g) desemprego estrutural e trabalho precarizado atingindo um bilhão de trabalhadores (um terço da força humana que trabalha); h) expansão do trabalho social combinado – trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo produtivo (Antunes, 2018).

Todas essas mudanças provocaram a fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora. Isto implicou em repensar as relações e as estratégias de lutas dos trabalhadores para enfrentar o capital. Afetou o sindicalismo impondo crise, impasses e desafios. Antunes evidencia esse processo experimentado pelos Sindicatos: diminuição das taxas de sindicalização; relação entre número de assalariados e a taxa de sindicalização tem decrescido; enfraquecimento do sindicalismo vertical da era do fordismo – corporativo vinculado a categoria profissional; não atuam como sindicalismo horizontalizado que privilegie esferas intercategoriais, interprofissionais. Sindicato capaz de aglutinar trabalhadores, desde os estáveis até os precários vinculados a economia informal (Antunes, 2018).

Portanto, esse processo de fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora¹ veio questionar a raiz do modelo sindicalismo tradicional de tipo

¹ O termo/conceito “classe-que-vive-do-trabalho” é utilizado pelo sociólogo Ricardo Antunes como sinônimo da classe trabalhadora, levando em consideração as novas características do mundo do trabalho. Contrariando os chamados “críticos da sociedade do trabalho”, que são autores(as) que afirmam

fordista que em sua maioria vinham atuando nos marcos do capitalismo. Antunes ainda destaca outras situações experimentadas pelo sindicalismo nesse contexto de crise do mundo do trabalho e de avanço do neoliberalismo, em especial a década de 1980 em diante.

Aponta para: fusão de alguns sindicatos na Europa para fazer frente ao neoliberalismo; o crescimento da sindicalização da classe média – neocorporativista; a tendência corporativa de muitos Sindicatos que buscam preservar o operariado estável contra o precariado, terceirizado...; a dificuldade de articular greves; dificuldade de aglutinar trabalhadores estáveis, precários, terceirizados, quarterizados, uberizados...; por fim, a dificuldade no pertencimento de classe, aumentando os movimentos xenofóbicos, corporativistas, racistas, paternalistas no mundo do trabalho (Antunes, 2018).

Destarte, ante esse processo de dificuldades e enfraquecimento do sindicalismo alguns desafios foram colocados: a) Serão capazes de romper as barreiras que separa os estáveis dos precários e terceirizados, quarterizados, uberizados, plataformizados...; b) Serão capazes de romper com o neocorporativismo que provoca racismo, xenofobismo, ultranacionalismo...; c) reverter a tendência toyotista de sindicalismo de empresa e veio para substituir o modelo fordista; d) organizar o sindicalismo horizontal, superando o sindicalismo vertical – fordista; e) romper com a institucionalização e burocratização dos sindicatos; f) serão capazes de avançar para além da ação defensiva, presente no sindicalismo atual (Antunes, 2018). (exemplos foram a atuação dos Sindicatos no Brasil ante a Reforma Trabalhista do governo Temer (2017) e Previdenciária do governo Bolsonaro (2019).

Entretanto, podemos afirmar que de modo geral o Sindicalismo atual vem atuando, travando suas lutas, buscando direitos, mas nos marcos institucionalizados do capitalismo, a ruptura com o sistema capitalista não está no horizonte de expectativas dos Sindicatos, esta proposição não está mais na “ordem do dia”. Essa perspectiva de atuação do Sindicalismo já foi criticada por Lenin no início do século, como exposto, no início do artigo Lenin propunha um outro caminho para o Sindicatos. Nas próximas seções buscaremos expor qual a perspectiva de Lenin para ação do Sindicalismo.

que o mundo do trabalho está chegando ao seu fim, Antunes defende o caráter polissêmico das relações nesse campo. Desse modo, ele pontua que é necessária uma nova noção sobre a classe trabalhadora, mas que isso não significa que ela está chegando ao seu fim (Antunes, 2018).

Greves, consciência de classe e educação política

As reflexões de Lênin sobre o movimento sindical russo surgiram durante a década da 1890, quando o jovem revolucionário elaborou seus primeiros estudos e escritos sobre o capitalismo, que culminariam na publicação do clássico livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, em 1899, no qual, através de uma profunda investigação científica e referenciado na teoria marxista, ele analisou a história econômica russa, identificando o regime social e a formação da estrutura de classes.

Como marco, ele partiu da transição que ocorreu na estrutura social do país a partir da reforma de 1861. Essa transição emancipou os servos e, combinado ao incremento da industrialização, impulsionou o país para um processo de modernização capitalista durante o reinado do czar Alexandre II (1855-1881).

O que fez com que o sindicalismo russo, em comparação com o movimento dos trabalhadores assalariados da Europa ocidental, surgisse de forma “atrasada”, sendo muito incipiente e disperso na transição do século XIX para o século XX. Mas diante das precárias condições de vida enfrentadas pelo operariado nas grandes concentrações urbanas que se formavam e cresciam, produziram-se ciclos de greves importantes nas quais os/as trabalhadores denunciavam a exploração dos patrões e enfrentavam uma forte repressão do regime autocrático.

O czarismo, em 1874, havia declarado, através do código penal, que as greves eram ilegais e que a associação a qualquer sociedade que produzisse “hostilidade entre patrões e trabalhadores” poderia ser punida com prisão ou exílio na Sibéria. O que não foi suficiente para conter o ímpeto de luta, que emergia nos frequentes ciclos de greves na Rússia, em todos os centros industriais do país.

Nesse contexto, em 1899, Lênin publicou um importante texto, no qual refletiu sobre o papel das greves, apresentando reflexões sobre como a grande produção fabril leva inevitavelmente a classe operária à luta contra os patrões. Uma reflexão que segue vigente como uma referência para pensar o papel das paralisações e dos sindicatos na luta revolucionária na atualidade, na qual a exploração do capital se mantém e se aprofunda em escala global.

Em *Sobre as greves*, ele identificou como o movimento operário russo partiu inicialmente em suas mobilizações de reivindicações e formas de luta imediatas, para enfrentarem a extrema situação de pobreza a qual eram submetidos. Como primeiras expressões da indignação, os operários agiam quebrando máquinas ou realizando motins nas fábricas, numa luta multifacetada contra o domínio do capital.

Naquele contexto, as greves significavam o começo da luta de classes contra a estrutura econômica e social capitalista. Para Lênin elas não eram a “guerra” em si, mas serviam como “escolas de guerra”, nas quais os operários compreendiam sua força e identificavam claramente a exploração capitalista e o papel que cumpria o Estado para a manutenção dessa dominação.

O que possibilitava um avanço na consciência de classe e o entendimento de que as greves em si não resolveriam os problemas da classe trabalhadora, pois bastaria a realização de uma grande greve geral para que todas as exigências dos/as trabalhadores/as fossem atendidas, perspectiva que Lênin considerava equivocada.

Para o revolucionário russo, das greves isoladas a classe operária deveria avançar para uma luta pela emancipação de todos os trabalhadores. E o papel dos socialistas era fazer com que as ideias do socialismo se propagassem junto ao operariado e o partido operário socialista cumpria um papel central na consecução dessa tarefa histórica, inclusive perpassando as fronteiras nacionais:

Por enquanto devemos assinalar que as greves são, como já afirmamos linhas atrás, uma “escola de guerra”, mas não a própria guerra; as greves são apenas um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário. Das greves isoladas os operários podem e devem passar, e passam realmente, em todos os países, à luta de toda a classe operária pela emancipação de todos os trabalhadores. Quando todos os operários conscientes se tornam socialistas, isto é, quando tendem para esta emancipação, quando se unem em todo o país para propagar entre os operários o socialismo e ensinar-lhes todos os meios de luta contra seus inimigos, quando formam o partido operário socialista, que luta para libertar todo o povo da opressão do governo e para emancipar todos os trabalhadores do jugo do capital, só então a classe operária se incorpora plenamente ao grande movimento dos operários de todos os países, que agrupa todos os operários, e hasteia a bandeira vermelha em que estão inscritas estas palavras: “Proletários de todos os países, uni-vos! (Lênin, 1961c, s.p.).

Lênin avançou no debate sobre os sindicatos em sua obra *O que fazer?*, publicada em 1902, na qual, entre outros temas, apontou para a necessidade da educação política e do desenvolvimento da consciência política da classe operária.

Ao abordar as diferenças entre as concepções das políticas trade-unionista e social-democrata² nas disputas do movimento sindical e operário russo, ele construiu

² Refere-se ao Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), fundado em 1898, reunindo as principais organizações revolucionárias do país e que a partir de 1903 passou a ser dividido em duas

uma formulação que se opunha às teses de Alexander Martínov, que expressava no jornal *Rabótcheie Dielo* (A causa operária) as ideias do “economismo”, onde defendia que o movimento operário deveria limitar-se à luta econômica e a conquistas “tangíveis”, com foco em pautas como aumento salarial e melhores condições de trabalho, minimizando a educação política dos trabalhadores. Esta corrente trade-unionista criticava a proposta de que o partido operário deveria cumprir o papel de vanguarda junto à classe e reforçava o “culto ao espontaneísmo”, menosprezando a atividade revolucionária das massas.

Lênin se opôs a essa concepção, contrapondo com a necessidade de educação política dos/as trabalhadores/as. Ele ironizava as posições do “economismo” ao dizer que os operários não são crianças “que possam ser alimentadas apenas com a papinha da política econômica” (Lênin, 2020, p. 90), mas que era necessário que soubessem sobre todos os aspectos da vida política para participarem ativamente de todos os acontecimentos políticos do país. Uma consciência política que somente poderia ser levada aos operários “a partir de fora”, em outras palavras, de fora das relações e conflitos entre capitalistas e trabalhadores e da luta econômica.

Para ele, tal conhecimento só poderia ser adquirido nas relações entre todas as classes e suas camadas com o Estado. E aos militantes do partido social-democrata caberia o papel de levarem o conhecimento político para todas as classes da população, como camponeses, trabalhadores, artesãos e pequenos produtores, atuando em todas as frentes.

Posição com a qual Lênin reforçava a necessidade de um partido que organizasse campanhas de denúncias políticas para todo o povo, cumprindo o papel de vanguarda revolucionária, de forma que a luta econômica imediata estivesse subordinada à luta estratégica pelo socialismo:

A social-democracia revolucionária sempre incluiu e continua a incluir no quadro das suas atividades a luta pelas reformas. Mas usa a agitação “econômica” não só para exigir do governo toda a espécie de medidas, mas também (e antes de mais nada) para exigir que ele deixe de ser um governo autocrático. Além disso, considera seu dever apresentar ao governo essa exigência, não só no terreno da luta econômica, mas também no terreno de todas as manifestações em geral da vida político-social. Em resumo, subordina, como a parte ao todo, a luta pelas reformas à luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo (Lênin, 2020, p. 79).

correntes: os bolcheviques e os mencheviques, sendo a primeira de viés revolucionário liderada por Lênin.

O salto qualitativo da classe operária russa, para reivindicações além das pautas econômicas, emergiu com a revolução de 1905, a partir da qual ocorreu uma inflexão no movimento sindical russo, que comprovou historicamente o acerto das teses leninianas sobre a atuação do movimento sindical e o avanço da luta política.

Com e para além dos sindicatos: contrapoder e o papel do partido

Os sovietes tiveram sua origem com os acontecimentos de 1905, em janeiro daquele ano mais de cem mil trabalhadores de São Petersburgo haviam entrado em greve, pressionando o regime czarista por representação política e a instalação de uma Assembleia Constituinte. A partir de outubro, os operários começaram a enviar delegados eleitos nas fábricas para participação nas reuniões dos conselhos dos operários.

Foram criados como espaços mais amplos de aglutinação e organização da classe trabalhadora, que eram “formados sobre uma base fabril e executou as funções de um parlamento dos trabalhadores, sindicatos e comitês de greve e tinham fornecido aos trabalhadores um senso de autogoverno” (Rachleff, 2017, s.p.).

Uma das primeiras deliberações dos Sovietes em outubro de 1905 foi a conclamação de uma greve geral política, reivindicando a realização de uma Assembleia Constituinte e ampliação dos direitos políticos (Rachleff, 2017). Reforçando um salto qualitativo nas pautas e exigências dos/as trabalhadores/as, num processo de formação política através das lutas contra o regime autocrático e a exploração capitalista.

A verdadeira educação das massas não pode estar nunca separada da luta política independente e, sobretudo, da luta revolucionária das próprias massas. Só a luta educa a classe explorada, só a luta lhe descobre o volume de sua força, amplia seus horizontes, eleva sua capacidade, clareia sua inteligência e forja sua vontade (Lênin, 1961b, s.p.).

No mesmo mês, foi realizada a Primeira Conferência Sindical Russa na cidade de Moscou, o que representou um avanço organizativo para o movimento sindical do país (Hewes, 1923). As teses de Lênin ganharam materialidade, a partir de uma experiência original do operariado russo, sua proposição de avanço das lutas econômicas, para a luta política, tendo como horizonte a revolução socialista, revelaram-se acertadas:

O movimento operário imprimiu seu selo a toda a revolução russa. Havendo começado por greves dispersas, desenvolveu-se com rapidez até chegar, por um lado, às greves de massas e, por outro, às manifestações de rua. Em 1905 a forma já plenamente cristalizada do movimento é a greve política, que se transformou diante de nossos olhos até chegar à insurreição. E se o conjunto do movimento operário na Rússia necessitou de dez anos para elevar-se ao grau atual (que, naturalmente, ainda está muito longe de ser o definitivo), agora o movimento em diversas zonas do país eleva-se em poucos dias da simples greve a um gigantesco estrondo revolucionário (Lênin, 1961a, s.p.).

As experiências dos soviets no contexto da revolução de 1905, enquanto expressão criativa da classe trabalhadora, expressaram um espaço de organização pela base, com representantes eleitos de forma direta e que funcionava a partir de deliberações tiradas em assembleias que aglutinavam os/as trabalhadores/as em seus locais de trabalho. Um mecanismo que surgiu como forma de organizar as greves e as mobilizações dos trabalhadores fabris, mas que rapidamente espalhou-se para o campo e teve adesão dos soldados.

O operariado russo foi um dos principais protagonistas no processo revolucionário. Com a retomada da experiência dos soviets após a revolução de fevereiro de 1917, os conselhos de operários, soldados e camponeses retomaram o protagonismo na luta revolucionária, consistindo em um rico e dinâmico processo de construção da democracia e do poder operário, construído desde a base e que possibilitou a consolidação de um contrapoder, em oposição ao Estado russo, seja durante o regime czarista, ou no período do governo provisório, após a revolução de fevereiro de 1917, então liderado pela burguesia.

Quando Lênin sinalizou em suas *Teses de Abril* que era preciso construir a Revolução Socialista, sem pactuações com a burguesia, o lema “Todo Poder aos Sovietes” sinalizava para a necessidade do controle do poder pela classe trabalhadora organizada.

Os soviets, fundamentais para a Revolução Socialista, não teriam avançado tanto se não houvesse uma direção clara e um programa político que apontasse para a necessária superação do capitalismo e do regime político burguês na Rússia. Vários eram os grupos políticos organizados na Rússia pré-revolucionária. Mas foram os bolcheviques os que conseguiram desenvolver um programa revolucionário, que teve a adesão das massas em movimento e conduziu ao processo revolucionário.

Baseados numa leitura marxista da realidade russa, os bolcheviques desenvolveram uma ampla elaboração teórica, ao analisar a formação do capitalismo e a luta de classes na especificidade russa, tomando a teoria de Karl Marx e Friedrich

Engels não como um dogma, mas como um “guia para a ação”, como afirmava o próprio Lênin.

Se os conselhos de operários, camponeses e soldados consolidaram o espaço fundamental da democracia operária e da organização da classe trabalhadora russa, solidificando as bases da Revolução, foi o Partido Bolchevique quem cumpriu o papel de organizador das massas rebeldes, colocando a luta de classes no centro do debate, a partir de uma rica elaboração política baseada no marxismo e de um tipo de organização sustentada na concepção leninista de um partido revolucionário, orientado para o enfrentamento contra o capital e estabelecido como vanguarda da classe trabalhadora em movimento.

A experiência russa demonstrou que os sindicatos constituem-se em espaços relevantes de organização da classe. Lênin não desprezava estes espaços, afirmando que os militantes revolucionários deveriam atuar ativamente neles. Mas com a consciência dos limites e contradições existentes no movimento sindical, tendo consciência de que a luta política deve ser ampliada para todas as classes, em todas as frentes e destacando o papel do partido operário socialista de ligar o movimento operário às teorias revolucionárias.

Conforme Sampaio Junior (2011), uma das grandes contribuições de Lênin para analisar os sindicatos é entendê-los como um espaço limitado para o desenvolvimento da consciência de classe. As justas reivindicações por melhores condições de vida para os/as trabalhadores/as que não se articulam a luta política, na perspectiva de uma ruptura com o sistema capitalista, tendem a atacar somente os seus efeitos e não suas causas estruturais. Só quando a classe trabalhadora avança em sua educação política e na luta política, visando outro projeto de poder é que são criadas as condições para que ela possa dar um salto qualitativo e apresentar um projeto de sociedade emancipatória, a sociedade socialista. Eis uma atualidade do pensamento de Lênin.

Considerações finais

As contribuições de Lênin sobre os sindicatos nos levam a considerar alguns aspectos importantes de suas elaborações. O primeiro diz respeito a uma percepção dos limites e contradições destes espaços de organização da classe trabalhadora no processo revolucionário, ao mesmo tempo em que reúnem amplas massas e devem ser disputadas pelos militantes socialistas, a greve e as ações diretas contra o capital não são suficientes para a concretização da estratégia socialista.

São “escolas de guerra”, espaços de educação política no enfrentamento contra o capital, mas não são suficientes para a derrubada do sistema capitalista. Para tanto, Lênin aponta a necessidade de avançar da luta econômica para a luta política, tomando as denúncias das condições precárias as quais é submetida a classe trabalhadora para avançar na consciência de classe, na perspectiva de tomada do poder e da construção do socialismo.

Nesse sentido, a experiência dos soviets durante as revoluções de 1905 e 1917 demonstraram a capacidade do operariado russo em dar esse salto qualitativo em sua organização, indo além dos sindicatos como espaços de decisão e organização da classe. O partido revolucionário cumpre um papel fundamental nesse processo, ao fomentar a participação dos operários em todos os debates que envolvam todas as questões sociais e políticas, para além das lutas econômicas.

Lênin conseguiu apresentar aportes teóricos fundamentais para a organização da classe trabalhadora a partir de uma leitura criativa e dialética da realidade da Rússia, um país predominantemente rural no início do século XX, com um processo de industrialização e de desenvolvimento capitalista tardio e contando com um movimento sindical novo e incipiente em comparação com países da Europa Ocidental.

As ideias de Lênin são um convite/provocação para reflexão sobre o papel/atuação dos sindicatos no século XXI. Suas ideias seguem relevantes para entender os desafios do movimento sindical e dinâmicas do capitalismo moderno. Suas contribuições para a compreensão da relação entre sindicato, partido político e classe trabalhadora também seguem potentes para pensarmos saídas aos desafios que se colocam para os/as trabalhadores do século XXI. Portanto, hoje, a influência de seu trabalho segue atual nos debates sobre os rumos do sindicalismo e das lutas operárias.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2018.

HEWES, A. Trade Union development in soviet Russia. **The American Economic Review**, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 618-637, dez. 1923. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1803875?seq=20>. Acesso em: 27 maio 2024.

LÊNIN, V. I. A greve política e a luta de rua em Moscou. In: LÊNIN, V. I. **Sobre os sindicatos**: coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/10/17-1.htm>. Acesso em: 27 maio 2024.

Lenin na atualidade: economia, política e cultura

Lênin e os sindicatos: por uma reflexão da/para ação pretérita e presente do sindicalismo

DOI: 10.23899/9786589284604.3

LÊNIN, V. I. Do informe sobre a Revolução Russa de 1905. In: LÊNIN, V. I. **Sobre os sindicatos**: coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961b. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/05.htm>. Acesso em: 28 maio 2024.

LÊNIN, V. I. Sobre as Greves. In: LÊNIN, V. I. **Sobre os sindicatos**: coletânea de artigos. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961c. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1899/mes/greves.htm>. Acesso em: 29 maio 2024.

LÊNIN, V. I. **O que fazer?**: questões candentes de nosso movimento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

RACHLEFF, P. Sovietes e comitês de fábrica na revolução russa. **Passa Palavra**, 2017. Disponível em:

<https://passapalavra.info/2017/03/110903/#:~:text=Os%20comit%C3%AAs%20de%20f%C3%A1brica%20representavam,economia%E2%80%9D%20era%20de%20se%20esperar>. Acesso em: 28 maio 2024.

SAMPAIO JÚNIOR, P. de A. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

Lênin e a defesa da filosofia marxista

Michel Goulart da Silva*

Em maio de 1909, foi publicado o livro *Materialismo e Empiriocriticismo*. Nessa obra, Lênin criticou um conjunto de escritores influentes no movimento operário russo cujas ideias filosóficas renegavam o materialismo histórico-dialético. Estes escritores, entre os quais estavam Alexander Aleksandrovich Bogdanov e Viktor Mikhailovich Chernov, pareciam sentir o impacto político diante das dificuldades criadas pela derrota da revolução de 1905. Nesse período de refluxo do movimento revolucionário, a reação czarista, além da repressão desencadeada contra o movimento operário, passou à ofensiva também no terreno ideológico, difundido em larga escala manifestações de individualismo e misticismo. Logo na introdução do livro, Lênin (1982, p. 17) comenta que, no contexto em que escreveu sua obra, “difícilmente se encontrará um só professor atual de filosofia (e, também, de teologia) que não se ocupa, direta ou indiretamente, em refutar o materialismo”.

Portanto, o período se caracteriza por ataques ao marxismo e à ideia de revolução, fluindo sobre uma parcela da intelectualidade que, desiludida com as dificuldades políticas criadas pela contrarrevolução, procurava saídas em manifestações filosóficas idealistas. Bogdanov e outros intelectuais passavam, assim, a divulgar na Rússia, sob a capa de marxismo, ideias desenvolvidas na Europa denominadas de empiriocriticismo, que se situavam, ainda que de forma disfarçada, no campo do idealismo. Por sua vez, Lênin seguiu na defesa do materialismo e da dialética marxista. Segundo Lênin,

[...] a diferença fundamental entre o materialista e o partidário da filosofia idealista consiste em que o primeiro considera a sensação, a percepção, a representação e, em geral, a consciência do homem como uma imagem da realidade objetiva. O mudo é o movimento desta realidade objetiva, refletida pela nossa consciência (Lênin, 1982, p. 202-203).

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC). E-mail: michelgsilva@yahoo.com.br

O contexto político em que Lênin escreveu sua obra pode ser aproximado da situação vivenciada nas últimas décadas do século XX, diante da ofensiva ideológica iniciada depois do colapso da União Soviética. Nesse contexto, além do crescimento do fundamentalismo religioso, observa-se o fortalecimento das ideias pós-modernas. Se em um determinado momento esse tipo de idealismo estava restrito ao universo acadêmico ou mesmo a alguns partidos pretensamente progressistas, observa-se que também vem ganhando espaço no movimento operário. São produto dessas ideias, entre outras coisas, os discursos de defesa de cotas na educação superior ou de centralidade da opressão de segmentos da população, como negros e mulheres, em detrimento da compressão do antagonismo e da luta de classes. Mesmo a produção do conhecimento e a filosofia são afetadas por esse “sentimento universal de desorientação e pessimismo” (Woods; Grant, 2007, p. 10). Observa-se, nos meios acadêmicos, que

[...] os cientistas e outros intelectuais não são imunes às tendências gerais da sociedade. O fato de que a maioria deles se declare indiferente à política e à filosofia apenas quer dizer que facilmente caem prisioneiros dos preconceitos mais comuns que os rodeiam. Com muita frequência suas ideias podem ser utilizadas para apoiar as posições políticas mais reacionárias (Woods; Grant, 2007, p. 11).

Ernst Mach foi o representante mais destacado da corrente filosófica criticada por Lênin. O físico e filósofo austríaco expôs suas teses numa série de obras escritas entre os séculos XIX e XX. Mach considerava as coisas, o mundo real, como “complexos de sensações”. Essas sensações seriam o dado primário à qual estava subordinada tanto a consciência (o elemento psíquico) como a realidade material (o elemento físico). Para Mach, “os objetos não podem existir independente de nossa consciência” (Woods; Grant, 2007, p. 179). Lênin confronta essa perspectiva idealista, demonstrando seus equívocos e defendendo o materialismo histórico-dialético na compreensão da dinâmica e das contradições da realidade.

Essas ideias expressas por March têm como base o empirismo, desenvolvido principalmente a partir do século XVI, na Europa. Entende-se que o empirismo “desempenhou um papel tanto positivo (na luta contra a religião e o dogmatismo medieval) quanto negativo (uma interpretação demasiadamente estreita do materialismo, resistência a generalizações teóricas amplas)” (Woods; Grant, 2007, p. 95). Em sua análise da realidade,

[...] o empirismo tende a subordinar as relações essenciais ao sensorial ou às aparências subjetivas das coisas e a tomar, equivocadamente, seus aspectos superficiais e manifestações imediatas por seu conteúdo fundamental (Novack, 2006, p. 104).

Lênin trabalhou durante nove meses no livro *Materialismo e Empiriocriticismo*, pesquisando nas bibliotecas de Genebra e do Museu Britânico, concluindo o trabalho em outubro de 1908. Na obra, desenvolve conceitos básicos da filosofia marxista, especialmente no terreno da teoria do conhecimento e da concepção do materialismo. Lênin se dedica a mostrar as raízes do empiriocriticismo, mostrando que esta filosofia é uma manifestação do idealismo reacionário e, dessa forma, procurando desmascarar o caráter antimarxista dos “machistas” russos. Em contraposição a essas ideias, afirmava Lênin (1982, p. 107):

O ponto de vista da vida, da prática, deve ser o ponto de vista primeiro e fundamental da teoria do conhecimento. E ele conduz inevitavelmente ao materialismo, afastando desde o princípio as invencionices intermináveis da escolástica professoral. Naturalmente, não se deve esquecer que o critério da prática nunca pode, no fundo, confirmar ou refutar *completamente* uma representação humana, qualquer que seja. Este critério é também suficientemente “indeterminado” para não permitir que os conhecimentos do homem se transformem num “absoluto”, e, ao mesmo tempo, suficientemente determinado para conduzir uma luta implacável contra todas as variedades de idealismo e agnosticismo. Se aquilo que a nossa prática confirma é a única e última verdade objetiva, daí decorre o reconhecimento de que o único caminho para esta verdade é o caminho da ciência assente no ponto de vista materialista.

Em seu livro, Lênin faz a defesa da filosofia, do materialismo e da dialética, procurando mostrar a superioridade do marxismo para compreender os diferentes aspectos da realidade. Para tanto, resgata a obra de Engels, o qual, em *Ludwig Feuerbach*, afirma

[...] que o materialismo e o idealismo são as correntes filosóficas fundamentais. O materialismo toma a natureza como o primário e o espírito como secundário, coloca em primeiro lugar o ser e em segundo o pensamento. O idealismo faz o contrário (Lênin, 1982, p. 75).

Engels aponta que, diante da questão “criou Deus o mundo ou o mundo está aí desde a eternidade?”, eram dadas diferentes respostas:

[...] de um modo ou de outro, os filósofos se dividiram em dois grandes campos. Aqueles que afirmavam a originalidade do espírito diante da natureza, que em última instância admitiam, portanto, uma criação do mundo, de qualquer tipo que fosse – essa criação frequentemente é entre os filósofos, por exemplo em Hegel, ainda muito mais complicada e impossível do que no cristianismo –, formavam o campo do idealismo. Os outros, que viam a natureza como o elemento originário, pertenciam às diversas escolas do materialismo (Engels, 2020, p. 45).

Essa compreensão de Lênin, partindo de Engels, procura delimitar os dois grandes campos da filosofia e que não há como escapar ou buscar subterfúgios intermediários, como o faziam os partidários do empiriocriticismo (ou, em outro campo, os relativistas). Nesse sentido, é fundamental a compreensão do que seria a matéria, que, segundo Lênin, em “acordo com as ciências da natureza”, o materialismo toma “como o dado primário, considerando a consciência, o pensamento, a sensação, como o secundário” (Lênin, 1982, p. 34). Nesse sentido, Lênin afirmava que “a existência da matéria não depende das sensações. A matéria é o primário. A sensação, o pensamento, a consciência, são o produto mais elevado da matéria organizada de uma maneira particular” (Lênin, 1982, p. 41-42).

Existe a realidade concreta, exterior às pessoas, que de diferentes formas reagem a esses elementos. Segundo Lênin (1982, p. 52), “as nossas sensações, a nossa consciência, são apenas a *imagem* do mundo exterior, e é evidente que o reflexo não pode existir sem o refletido, mas o refletido existe independentemente daquilo que o reflete”. Nesse sentido, entende-se que “as coisas existem independentemente da nossa consciência, independente da nossa sensação, fora de nós” (Lênin, 1982, p. 77). Essas coisas que existem fora de nós impactam nossas percepções e as representações, onde a prática é a comprovação da distinção entre imagens verdadeiras e falsas. Segundo Lênin (1982, p. 93), “a existência do que é refletido independentemente daquilo que reflete (a independência do mundo exterior em relação à consciência) é a premissa fundamental do materialismo”. Em síntese,

[...] ser materialista significa reconhecer a verdade objetiva que nos é revelada pelos órgãos dos sentidos. Reconhecer a verdade objetiva, isto é, não dependente do homem e da humanidade, significa reconhecer numa maneira ou doutra, a verdade absoluta (Lênin, 1982, p. 100).

Essa verdade absoluta não é algo imutável, mas a expressão da própria realidade material e que, por suposto, influencia na compreensão científica da realidade. Nesse sentido, afirma Lênin (1982, p. 101):

[...] o pensamento humano é, pela sua natureza, capaz de nos dar, e dá, a verdade absoluta, que se compõe da soma de verdades relativas. Cada degrau do desenvolvimento da ciência acrescenta novos grãos a esta soma de verdade absoluta, mas os limites da verdade de cada tese científica são relativos, sendo ora alargados ora restringidos à medida que cresce o conhecimento.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que

[...] para o materialista o mundo é mais rico, mais vivo e mais variado do que parece, porque cada passo do desenvolvimento da ciência descobre nele novos aspectos. Para o materialista, as nossas sensações são imagens da única e última realidade objetiva – última não no sentido de que ela é já conhecida até o fim, mas no sentido de que não existe nem pode existir outra senão ela (Lênin, 1982, p. 97).

Esse desenvolvimento da compreensão acerca da realidade concreta tem como elemento central a dialética. Segundo Lênin (1982, p. 77-78), “na teoria do conhecimento, como em todos os outros domínios da ciência, deve-se raciocinar dialeticamente”, analisando “de que modo da *ignorância* nasce o conhecimento, de que modo o conhecimento incompleto, impreciso, se torna mais completo e mais preciso”. Portanto, em Lênin, a compreensão da realidade passa pela investigação da realidade objetiva que atua sobre os sentidos. Nesse sentido:

No mundo não há senão matéria em movimento, e a matéria em movimento não pode mover-se senão no espaço e no tempo. As noções humanas do espaço do espaço e do tempo são relativas, mas destas noções relativas forma-se a verdade absoluta, estas noções relativas tendem, no seu desenvolvimento, para a verdade absoluta e aproximam-se dela. A mutabilidade das noções humanas do espaço e do tempo não refuta mais a realidade objetiva de um e de outro do que a mutabilidade dos conhecimentos científicos sobre a estrutura e as formas de movimento da matéria refuta a realidade objetiva do mundo exterior (Lênin, 1982, p. 133).

Não são as ideias que mudam a realidade, mas a matéria em movimento e suas contradições. Nesse sentido, “o materialista dialético não só considera o movimento

como uma propriedade inseparável da matéria, como rejeita também a concepção simplificada de movimento” (Lênin, 1982, p. 204-5). Portanto,

[...] o materialismo dialético insiste no caráter aproximativo, relativo, de qualquer proposição científica sobre a estrutura da matéria e as suas propriedades, na ausência de fronteiras absolutas na natureza, na transformação da matéria em movimento de um estado para outro que, do nosso ponto de vista, parece incompatível com o anterior (Lênin, 1982, p. 198).

Nessa visão, entende-se que

[...] o domínio sobre a natureza, que se manifesta na prática da humanidade, é o resultado de um reflexo objetivamente fiel no espírito do homem dos fenômenos e dos processos da natureza, é a prova de que este reflexo (nos limites que a prática nos mostra) é uma verdade objetiva, absoluta, eterna (Lênin, 1982, p. 144).

Nesse sentido, para o marxismo,

[...] são historicamente condicionais os *limites* da aproximação dos nossos conhecimentos em relação à verdade objetiva, absoluta, mas é *incondicional* a existência dessa verdade, é incondicional que nós nos aproximamos dela. São historicamente condicionais os contornos do quadro, mas é incondicional que este quadro reproduz um modelo que existe objetivamente. É historicamente condicional quando e em que condições avançamos no nosso conhecimento da essência das coisas (Lênin, 1982, p. 102).

Isso não significa a defesa do relativismo abstrato. Lênin explica:

O relativismo, como base da teoria do conhecimento, é não somente o reconhecimento da relatividade nos nossos conhecimentos, mas é também a negação de qualquer medida ou modelo objetivo, existente independentemente da humanidade, do qual se aproxima o nosso conhecimento relativo (Lênin, 1982, p. 103).

Portanto, por um lado, Lênin reconhece os limites da percepção individual e das sensações e como isso impacta na construção do conhecimento. Por outro lado, aponta que o conhecimento científico e racional, com o desenvolvimento de métodos de

pesquisa, permite apreender a realidade. Essa realidade, no entanto, não é completa e imutável, mas móvel e cheia de diferentes aspectos que não podem ser considerados como definitivos, podendo (ou devendo) ser sempre superados dialeticamente. Contudo, ainda que a dialética marxista contenha o relativismo, “não se reduz a ele”, ou seja, “reconhece a relatividade de todos os nossos conhecimentos, não no sentido da negação da verdade objetiva, mas no sentido da condicionalidade histórica dos limites da aproximação dos nossos conhecimentos em relação a esta verdade” (Lênin, 1982, p. 103).

Essa compreensão do movimento e da mudança possui uma base material e não pode ser confundido com o idealismo. Segundo Lênin (1982, p. 172), “a essência do idealismo consiste em tomar o psíquico como ponto de partida; a partir dele deduz-se a natureza e só depois da natureza se deduz a consciência humana comum”. Lênin (1982, p. 138) afirma que “o idealismo filosófico não passa de uma história de fantasmas encoberta e disfarçada”. Essas manifestações idealistas ganham novas formulações, ainda que mantenham a base fundamental e seu embate com o materialismo. Portanto,

[...] por detrás do amontoado de novas sutilezas terminológicas, por detrás do lixo de uma escolástica erudita, encontramos sempre sem exceção duas linhas fundamentais, duas correntes fundamentais na resolução das questões filosóficas. Tomar como primária a natureza, a matéria, o físico, o mundo exterior, e considerar como secundário a consciência, o espírito, a sensação (a experiência, segundo a terminologia *difundida* nos nossos dias), o psíquico, etc., tal é a questão capital que *de fato* continua a dividir os filósofos em *dois grandes campos* (Lênin, 1982, p. 255).

O materialismo histórico e dialético se mostra como a melhor compreensão para estudar a realidade. O marxismo extrai essa compreensão das nuances do movimento e das contradições da matéria

[...] a história da Ciência caracteriza-se por um processo cada vez mais profundo de aproximação. Cada vez mais acercamo-nos mais à verdade, sem nunca chegar a conhecer *toda a verdade*. Em última instância, a prova da verdade científica é o experimento (Woods; Grant, 2007, p. 86).

O desenvolvimento da ciência moderna, portanto, em suas bases também no movimento e na contradição e, como o marxismo, aponta para a perspectiva da

investigação da totalidade. Lênin enfatiza esses aspectos, destacando que a investigação da realidade parte necessariamente da matéria:

Se o mundo é matéria em movimento, pode-se e deve-se estudá-lo infinitamente nas manifestações e ramificações infinitamente complexas e pormenorizadas deste movimento, do movimento desta matéria, mas fora dela, fora do mundo “físico”, do mundo exterior, familiar a todos e a cada um, não pode haver nada (Lênin, 1982, p. 260).

Nesse sentido, Lênin critica os segmentos que procuraram no ecletismo entre materialismo e idealismo sua compreensão da realidade, como no caso do empiriocriticismo e sua tentativa de explicar a realidade a partir das percepções e sensações. No marxismo e na produção científica “o conhecimento avança ao colocar em prova sob todos os ângulos possíveis as aparências, se aprofundando cada vez mais na realidade” (Novack, 2006, p. 104). Lênin, nesse sentido, critica aqueles “que romperam radicalmente com os próprios fundamentos do marxismo em filosofia”, começando “depois a andar às voltas, a embrulhar as coisas, a usar rodeios, a assegurar que ‘também’ são marxistas em filosofia, que estão ‘quase’ de acordo com Marx e que apenas o ‘completaram’ um bocadinho” (Lênin, 1982, p. 155). Em defesa do marxismo, aponta que “a consciência social *reflete* o ser social – eis em que consiste a doutrina de Marx. O reflexo pode ser a cópia aproximadamente fiel do refletido, mas é absurdo falar aqui de identidade” (Lênin, 1982, p. 245).

Como se percebe, a obra de Lênin mostra-se atual na medida em que permite compreender um conjunto de manifestações filosóficas que ainda permeiam o campo da política e principalmente os meios acadêmicos. Em sua época, Lênin apontava que o empiriocriticismo era uma mostra da “luta dos partidos em filosofia, luta que em última análise exprime as tendências e a ideologia das classes inimigas da sociedade moderna” (Lênin, 1982, p. 271). O combate da extrema direita ao “marxismo cultural” ou a ideia de “fim da história” são apenas capítulos recentes de uma luta de séculos contra o materialismo e conhecimento científico da realidade.

Outras expressões dessa luta também se expressam de diferentes formas. O empiriocriticismo, com sua ideia de conhecimento a partir das sensações, pode ser relacionado à ideia de “lugar de fala” contemporânea, em que as experiências dos indivíduos se sobrepõem à investigação científica ou, no melhor dos casos, se coloca no mesmo nível. Outro aspecto, que une tanto o pensamento pós-moderno como os partidários da extrema direita recente, passa pela ideia de que qualquer opinião pode ter o mesmo estatuto de verdade que o conhecimento científico. Esses são exemplos

recentes do “amontoado de novas sutilezas terminológicas” e de uma “escolástica erudita” usados pelas classes dominantes no combate à perspectiva de centralidade da luta contra o capital. Portanto, seguindo os passos de Lênin, cabe afirmar concretamente que as ideias não circulam num vazio, mas possuem base material e, principalmente, são parte das disputas políticas, que, em última instância, colocam em campos antagônicos trabalhadores e burgueses e a luta pela manutenção da sociedade ou por sua superação.

Referências

ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. São Paulo: Hedra, 2020.

LÊNIN, V. I. **Materialismo e empiriocriticismo**. Moscovo: Progresso; Lisboa: Avante, 1982.

NOVACK, G. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Sundermann, 2006.

WOODS, A.; GRANT, T. **Razão e revolução: filosofia marxista e ciência moderna**. São Paulo: Luta de Classes, 2007.

Editora CLAE

2024